

Sumário

História **7^E**

História do Brasil:	
Primeiros habitantes	3
Início do domínio português sobre o Brasil	4
Colonização do Brasil.....	5
Administração colonial portuguesa	5
Governos-gerais	6
Os primeiros governadores	6
Câmaras municipais.....	6
União Ibérica	7
Segunda invasão francesa.....	7
Invasões holandesas.....	7
Expansão territorial da colônia	9
Economia e sociedade colonial	9
Açúcar.....	9
Escravidão	10
Mineração	11
Pecuária.....	11
Outras atividades.....	11
A crise do sistema colonial	12
Revoltas nativistas.....	12
Revoltas emancipacionistas.....	12
Transferência da Família Real e sua Corte para o Brasil	15
Primeiro Reinado (1822-1831).....	16
Período Regencial (1831-1840).....	17
Política do Segundo Reinado (1840-1889).....	19
Declínio da monarquia brasileira	21
Questão religiosa	21
Questão abolicionista.....	21
Questão militar	21
Proclamação da República	22

História do Brasil: Primeiros habitantes



Mapa da provável ocupação da América

Fonte: World History Atlas. Dorlin Kindersley Limited. Adaptado. London, 2008.

A hipótese considerada mais provável para a origem do homem americano é da imigração a partir da Ásia através do estreito de Bering, mas também são consideradas, hoje, as hipóteses das possíveis migrações vindas da Indonésia e da Austrália, por meio do oceano Pacífico, tendo em vista as diferentes etnias presentes na América.

A história do homem pré-histórico brasileiro é contada baseada em vestígios encontrados, como por exemplo, objetos por ele usados para caçar ou em outra atividade, ossadas humanas, restos de alimentos e de cerâmicas, pinturas rupestres, entre outros. Esses vestígios estão localizados em sítios arqueológicos como cavernas e grutas ou, ainda, em sambaquis próximos ao litoral.

Os sambaquis ou concheiros são elevados montes de mariscos e esqueletos de peixes encontrados no litoral, retratando a presença humana no local. Já as pinturas rupestres, desenhos feitos nas paredes de cavernas ou nas encostas de montanhas, retratam figuras humanas ou de animais, cenas de caça, elementos da natureza, etc.



Pintura rupestre

As populações de paleoíndios (índios antigos) viviam da caça, da pesca e da coleta, moravam em abrigos naturais como grutas e faziam instrumentos de pedra e ossos.

Com o passar do tempo, a ocupação do território cresceu e se diversificou. Um fator importante para a sobrevivência e crescimento dessas populações foi o desenvolvimento da agricultura, tornando-lhes possível a produção de mandioca, milho, batata, amendoim, feijão, abacaxi, mamão, maracujá e outros alimentos.

Principais grupos indígenas brasileiros:

- **Tupi-guaranis:** Litoral e determinadas áreas do interior.
- **Tapuia ou jê:** Interior.
- **Nuaruaque:** Amazônia.
- **Caraíba:** Também na Amazônia.

Como não existiam diferenças socialmente marcadas, as atividades nas tribos eram exercidas de acordo com o sexo e a idade. Normalmente, o homem caçava e pescava, atuava nas guerras e produzia as armas, enquanto as mulheres preparavam os alimentos, utensílios domésticos e cuidavam das crianças. Os chefes

das tribos não tinham poder de vida e morte sobre os membros do grupo, exercendo apenas uma autoridade moral. Os casamentos ocorriam preferencialmente dentro da própria aldeia.

Não havia propriedade privada, permitindo assim que a produção se tornasse coletiva, daí a agricultura (milho, feijão, mandioca, etc.), a caça, a pesca e a coleta de frutos e raízes silvestres serem destinadas ao consumo da própria tribo.

Esse modo de organização social e econômica é considerado típico das florestas tropicais sul-americanas, com poucas exceções.

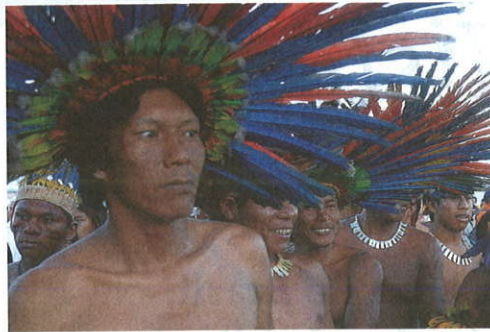


Curumins brasileiros

Na chegada dos portugueses ao Brasil, havia cerca de 6 milhões de indivíduos, atualmente existem cerca de 210 etnias e 170 línguas indígenas ainda faladas, sendo que a grande maioria se encontra na Amazônia. Essa grande diversidade marca a diferença entre as sociedades indígenas, o que contraria a existência de um único índio, caracterizado pelo estereótipo construído pelo europeu colonizador. Cada um desses grupos indígenas possui culturas distintas, com uma visão própria de vida e de mundo, manifestadas por meio de suas tradições, cantos, mitos, arte, economia e sociedade. Apesar disso, na atualidade, tem se notado que embora fossem diferentes, compartilhavam de uma mesma história marcada pela violência, exploração e violação de seus direitos.

A maioria dos povos indígenas encontra-se hoje em reservas, grande parte delas sem levar em conta os interesses e os territórios de origem dos diferentes povos, enquanto a outra parte ainda encontra-se em terras não demarcadas, o que os expõem a ação de invasores, madeireiros e garimpeiros.

Recentemente, os povos indígenas começaram a se organizar, o que resultou, em 1980, na fundação da **União das Nações Indígenas (UNI)**, para a defesa de seus direitos.



Índios em Pernambuco

Início do domínio português sobre o Brasil

Logo nas primeiras décadas do século XV, os portugueses deram início à sua expansão marítima e comercial via oceano Atlântico, com o objetivo de contornar a costa africana e atingir o Oriente em busca das cobiçadas **especiarias**, o que se efetivou com a viagem de Vasco da Gama, em 1498.

Entusiasmados, os portugueses decidiram enviar uma nova esquadra ao Oriente, bem maior, composta por treze embarcações e sob o comando do fidalgo **Pedro Álvares Cabral**, que acabou chegando ao Brasil em 22 de abril de 1500, tomando posse do território em nome da Coroa portuguesa.



Oscar Pereira da Silva. *Desembarque de Cabral em Porto Seguro, 1922*. Museu Paulista, São Paulo

Cabral certamente não foi o primeiro navegador europeu a passar pelo litoral brasileiro naquela época, pois se sabe que antes dele outro português, Duarte Pacheco Pereira (1498), esteve na costa brasileira e também o espanhol Vicente Pinzón, que em janeiro de 1500 passou pela foz do rio Amazonas.

Após a "descoberta", a esquadra cabralina seguiu para a Índia, e um dos navios retornou a Portugal, levando uma carta do escrivão Pero Vaz de Caminha. Em

sua carta, Caminha informou ao rei sobre o “descobrimen- to” do Brasil, exaltando especialmente a natureza do território, com suas florestas e muitos rios, sinal de sua fertilidade. A respeito dos habitantes, afirmou serem de aparência bastante saudável, robustos e pacífi- cos; e informou ainda sobre a existência de pau-brasil em grande quantidade. Contudo, não demonstrou nenhuma surpresa pelo que ele preferiu chamar de “achamento” do Brasil.

Hoje, diante de inúmeras evidências, a maioria dos historiadores concorda que não foi um mero “acidente de percurso” a chegada dos portugueses. Na verdade, Cabral veio tomar posse do território que pertencia a Portugal desde 1494, quando foi assinado o **Tratado de Tordesilhas**.

A nação brasileira como obra dos portugueses des- cobridores e colonizados é uma invenção, porque o Brasil ainda não existia, o que existia era uma região habitada por outros povos e nações que não eram os brasileiros e tão pouco os portugueses recém-chega- dos. Se houve algum descobrimento, foi um descobri- mento mútuo entre povos que jamais tinham tido con- tato, o nativo americano e o europeu recém-chegado. Certamente, “descoberta” significava uma palavra bem mais amena para o que na realidade se constitui- u em conquista e exploração das terras e dos povos que aqui viviam. Já em 1556, o rei da Espanha proibiu o uso da palavra conquista, propondo o uso da palavra **descobrimen- to** em seu lugar.

Colonização do Brasil

A primeira expedição colonizadora foi enviada so- mente em 1530. Nos primeiros 30 anos após a viagem de Cabral, a Coroa portuguesa não se sentiu estimula- da a colonizar o Brasil, já que ele não parecia apresen- tar formas de lucro imediato, a não ser pela extração de pau-brasil, madeira da qual se extraía a tinta vermelha.

Em parte, isto deveu-se ao fato de Caminha ter dito, em sua carta, que não encontraram aqui ouro ou prata, ou qualquer outro metal de valor, o que torna- va desinteressante a colonização, em contrapartida ao lucrativo comércio com o Oriente pela nova rota inau- gurada por **Vasco da Gama**.

Dessa forma, nos primeiros 30 anos Portugal limi- tou-se ao envio de algumas expedições exploradoras destinadas ao reconhecimento mais detalhado da costa brasileira. Este período ficou denominado de pré-co- lonizador. O resultado dessas expedições foi confirmar que somente o pau-brasil teria valor comercial. A ma-

deira foi declarada monopólio do rei e sua exploração foi arrendada a um grupo de mercadores liderados por **Fernando de Noronha**.

A extração de pau-brasil deu-se por meio de escam- bo (troca de mercadoria por mercadoria) com os indi- genas. Foi uma atividade predatória e itinerante que não trouxe ocupação efetiva, somente a construção de algumas feitorias.

Preocupada com os franceses que estavam contra- bandeando o pau-brasil, a Coroa portuguesa enviou as expedições guarda-costas, porém sem resultados, devi- do à extensão do litoral brasileiro.

Finalmente, em 1530, partiu de Portugal a primeira expedição colonizadora para o Brasil, comandada pelo capitão-mor Martim Afonso de Souza, com o objeti- vo de ocupar o território, devido à presença cada vez maior dos franceses, que ameaçavam tomar parte do Brasil, já que os reis da França não concordavam com o Tratado de Tordesilhas; por outro lado, também, o com-ércio com o Oriente começava a entrar em declínio, o que fazia necessário algum outro empreendimento lucrativo.

Diante desses fatos, as ordens de Martim Afonso eram no sentido de iniciar a colonização, trazendo os primeiros colonos, as primeiras mudas de cana-de-açú- car e cabeças de gado. Em 1532, fundou a primeira vila no Brasil, no litoral paulista, a **Vila de São Vicente**.

Administração colonial portuguesa

As **Capitanias Hereditárias** foram a primeira for- ma de organização política do Brasil e a solução en- contrada diante da necessidade de garantir a posse do território sem gastos para a Coroa.

O sistema já funcionava nas possessões portu- guesas na África. Tratava-se de transferir para particulares o ônus (custo) da colonização. Os donatários, membros da nobreza lusa, recebiam a doação de uma Capitania, uma grande unidade administrativa, sem tamanho re- gular, mas que se iniciava no litoral e seguia para o inte- rior, numa faixa limitada por linhas paralelas até atingir o meridiano de Tordesilhas.

As Capitanias eram passadas aos donatários por meio de dois documentos:

- **Carta de Doação:** Conferia aos donatários a pos- se hereditária das terras.
- **Foral:** Estabelecia os direitos e deveres dos do- natários.



Fonte: ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. REIS, César Ferreira. CARVALHO, Carlos Delgado. *Atlas Histórico Escolar*. Adaptado. Rio de Janeiro, 1977.

Entre os privilégios do donatário, estava o de ser a autoridade máxima na Capitania, exercendo o poder que lhe era transmitido pelo rei; ficava com uma fração dos impostos arrecadados; podia doar sesmarias (latifúndios); escravizar índios e cobrar pela autorização para instalação de engenhos. Por outro lado, tinha a obrigação de fazer prosperar economicamente a Capitania e defendê-la de possíveis invasores estrangeiros.

De maneira geral, o sistema de Capitâncias Hereditárias não deu certo, à exceção das Capitâncias de **São Vicente** e **Pernambuco**, que conseguiram uma razoável produção de açúcar, as demais tiveram um fraco desempenho, devido a diversos fatores:

- Os recursos financeiros dos donatários foram insuficientes, devido ao desinteresse;
- A distância entre Brasil e Portugal, além das dificuldades de comunicação entre as Capitâncias;
- Ataques indígenas, reação à escravização e à perda de seus territórios.

Embora tenham fracassado do ponto de vista econômico, as Capitâncias Hereditárias foram fundamentais para o início da conquista portuguesa e sua permanência sobre o território.

Governos-gerais

Diante das deficiências apresentadas pelo sistema de Capitâncias, o rei D. João III decidiu estabelecer no

Brasil um governador-geral, o qual exercia o poder em nome do rei sobre toda a colônia, subordinando todos os donatários e colonos. Era uma forma de centralização político-administrativa, pois o governador-geral coordenaria o funcionamento conjunto de todas as Capitâncias.

Para auxiliá-lo, o governador contava com:

- Um **provedor-mor** para os assuntos financeiros;
- Um **ouvidor-mor** para cuidar da justiça;
- E um **capitão-mor** da costa para coordenar a defesa do litoral.

Os primeiros governadores

Tomé de Sousa (1549-1553): Primeiro governador-geral, fundou Salvador, a primeira capital do Brasil. Em seus seis navios vieram aproximadamente mil pessoas, entre eles soldados, degredados, funcionários da administração e os primeiros jesuítas.

Duarte da Costa (1553-1558): Durante seu governo foi fundado o Colégio de São Paulo (1555) pelos jesuítas Manuel da Nóbrega e Anchieta. Em 1555, os franceses invadiram a Baía de Guanabara e fundaram um povoamento chamado de **França Antártica**.

Mem de Sá (1558-1572): Deu grande apoio à catequização indígena; combateu e destruiu a Confederação dos Tamoios, resistência indígena aos portugueses. Com ajuda de seu sobrinho Estácio de Sá, conseguiu expulsar os franceses e fundou a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (1565).

Degredado refere-se a criminosos que eram expulsos de seu país e enviados às colônias.

Após a morte de Mem de Sá, o Brasil foi dividido em duas partes, com um governador para o Norte (D. Luís de Brito) e outro para o Sul (Antônio Salema), com o objetivo de descentralizar e ocupar regiões despovoadas. Porém, em 1578, insatisfeito com os resultados, o rei de Portugal voltou a centralizar o poder administrativo da colônia em Salvador.

Câmaras municipais

Quando uma localidade era política ou militarmente estratégica, ou tinha certa importância econômica, recebia o título de Vila e passava a ter seu Pelourinho e uma Câmara Municipal que desempenhava diversas funções administrativas, concentrando poderes para executar e julgar. Estas câmaras eram compostas por vereadores, funcionários e juizes, saídos da elite local, os chamados "Homens Bons", (senhores de terras e escravos).

O **Pelourinho** consistia em um poste grosso, com 4 faces, com as insígnias portuguesas e argolas de ferro. Nele eram executadas as punições de escravos e criminosos.

União Ibérica

Tratou-se do período entre 1580 e 1640, durante o qual, por conta da morte do rei português, o Brasil esteve sob o domínio da Dinastia de Habsburgo, que governava a Espanha. Nesse período, o Brasil foi governado por vice-reis como nas colônias espanholas.

Segunda invasão francesa

Novamente os franceses invadiram o Brasil, em 1612, fundando a chamada **França Equinocial**, no Maranhão, onde ergueram um forte que serviria de núcleo inicial para a cidade de São Luís.

Invasões holandesas

Durante a União Ibérica, como os espanhóis eram rivais comerciais dos holandeses, romperam o acordo que havia entre Portugal e Holanda quanto à parceria na produção e venda da cana-de-açúcar. Fato que levou os holandeses à criação da Companhia das Índias ocidentais e à tentativa de invadir o Brasil por duas vezes.

A primeira tentativa foi em Salvador, entre 1624 e 1625, mas acabaram expulsos após quase um ano de violento conflito.

Em 1630, a segunda tentativa, uma esquadra com mais de 50 navios holandeses atacou Pernambuco, começando a conquista do Nordeste. Receberam a ajuda do brasileiro Domingos Fernandes Calabar, o qual acreditou que o domínio holandês seria preferível ao espanhol.

Entre 1637 e 1644, a colônia holandesa no Nordeste foi administrada pelo conde João Maurício de Nassau-Siegen. Seu governo procurou estabelecer um bom relacionamento entre invasores e proprietários rurais. Os senhores de engenho obtiveram empréstimos para reforma ou reconstrução de engenhos e para a compra de escravos. A liberdade religiosa foi garantida e artistas e cientistas foram trazidos ao Brasil.

No entanto, em 1640, Portugal recuperou sua autonomia política em relação à Espanha. Houve um acordo com os holandeses, uma trégua de dez anos para que deixassem os territórios portugueses que haviam ocupado.

Nassau deixou a colônia e os novos representantes do governo holandês tomaram medidas opressoras

que visavam uma rápida recuperação dos investimentos através de pesadas taxações, o que levou ao desagrado dos colonos brasileiros que entraram em luta para a expulsão dos holandeses na chamada Insurreição Pernambucana, alcançando seu intento na **Batalha dos Guararapes**.



Guerra dos Guararapes

A expulsão dos holandeses trouxe sérias consequências para o Brasil e Portugal:

- Os holandeses aprenderam as técnicas de produção de açúcar e passaram a produzi-lo nas Antilhas, iniciando uma forte concorrência com o açúcar brasileiro, o que levou ao declínio da economia açucareira.
- Portugal saiu da União Ibérica com seus cofres vazios, mesmo assim teve que pagar indenizações à Holanda.

Exercício

01. (UFSCAR-SP) O primeiro documento escrito sobre o “achamento do Brasil” pelos navegantes portugueses assim se refere, numa passagem, aos costumes da população nativa:

“Eles não lavram, nem criam, nem há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem outra nenhuma alimária, que costumada seja ao viver dos homens; nem comem senão desse inhame que aqui há muito e dessa semente e frutos que a terra e as árvores de si lançam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios, que o não somos nós tanto com quanto trigo e legumes comemos.”

Fonte: Carta a El-Rei Dom Manoel sobre o achamento do Brasil. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1974, p. 73-75.

O pequeno trecho apresentado demonstra que o contato entre os europeus e os habitantes da América não deveria se limitar a uma relação estritamente econômica. A partir de quais critérios o au-

tor enxergou e analisou os homens da terra e a que conclusão chegou sobre a sua própria sociedade, a europeia, ao observar esta nova gente?



Testes

01. (Mackenzie-SP) A árvore de pau-brasil era frondosa, com folhas de um verde acinzentado quase metálico e belas flores amarelas. Havia exemplares extraordinários, tão grossos que três homens não poderiam abraçá-los. O tronco vermelho ferruginoso chegava a ter, algumas vezes, 30 metros (...)

Fonte: BUENO, Eduardo. *Náufragos, degredados e traficantes*.

Em 1550, segundo o pastor francês Jean de Léry, em um único depósito havia cem mil toras. Sobre esta riqueza, neste período da História do Brasil, podemos afirmar:

- a) O extrativismo foi rigidamente controlado para evitar o esgotamento da madeira.
- b) Provocou intenso povoamento e colonização, já que demandava muita mão de obra.
- c) Explorado com mão de obra indígena, através do escambo, gerou feitorias ao longo da costa; seu intenso extrativismo levou ao esgotamento da madeira.
- d) O litoral brasileiro não era ainda alvo de traficantes e corsários franceses e de outras nacionalidades, já que a madeira não tinha valor comercial.
- e) Os choques violentos com as tribos foram inevitáveis, já que os portugueses arrendatários escravizaram as tribos litorâneas para a exploração do pau-brasil.

02. (FGV) Com relação aos indígenas brasileiros, pode-se afirmar que:

- a) os primitivos habitantes do Brasil viviam na etapa paleolítica do desenvolvimento humano.
- b) os índios brasileiros não aceitaram trabalhar para os colonizadores portugueses na agricultura, não por preguiça, mas porque não conheciam a agricultura.
- c) os índios brasileiros falavam todos a chamada "língua geral" tupi-guarani.

d) os tupis do litoral não precisavam conhecer a agricultura porque tinham pesca abundante e muitos frutos do mar de conchas, que formaram os "sambaquis".

e) os índios brasileiros, como um todo, não tinham homogeneidade nas suas variadas culturas e nações.

03. (Cesgranrio-RJ) O descobrimento do Brasil foi parte do plano imperial da Coroa portuguesa, no século XV. Embora não houvesse interesse específico de expansão para o Ocidente...

- a) a posse de terras no Atlântico ocidental consolidava a hegemonia portuguesa neste oceano;
- b) o Brasil era uma alternativa mercantil ao comércio português no Oriente;
- c) o desvio da esquadra de Cabral seguia a mesma inspiração de Colombo para chegar às Índias;
- d) a procura de terras no Ocidente foi uma reação de Portugal ao Tratado de Tordesilhas, que o afastava da América;
- e) essa descoberta foi mero acaso, provocado pelas intempéries que desviaram a esquadra da rota da Índia.

04. (UFF-RJ) A "Carta de Pero Vaz de Caminha", escrita em 1500, é considerada como um dos documentos fundadores da tal Terra Brasilis e reflete, em seu texto, valores gerais da cultura renascentista, dentre os quais destaca-se:

- a) a visão do índio como pertencente ao universo não religioso, tendo em conta sua antropofagia;
- b) a informação sobre os preconceitos desenvolvidos pelo renascimento no que tange à impossibilidade de se formar nos trópicos uma civilização católica e moderna;
- c) a identificação do Novo Mundo como uma área de insucesso, devido à elevada temperatura que nada deixaria produzir;
- d) a observação da natureza e do homem do Novo Mundo como resultado da experiência da nova visão de homem, característica do século XV;
- e) a consideração da natureza e do homem como inferiores ao que foi projetado por Deus na Gênese.

05. (UEL-PR) A centralização político-administrativa do Brasil Colônia foi concretizada com a:

- a) criação do Estado do Brasil;
- b) instituição do Governo-Geral;
- c) transferência da capital para o Rio de Janeiro;
- d) instalação do Sistema das Capitanias Hereditárias;
- e) política de descaso do governo português pela atuação predatória dos bandeirantes.

06. No Brasil Colônia, o poder político local era exercido pelos(as):

- a) Câmaras Municipais;
- b) Capitanias Hereditárias;
- c) Intendências;
- d) Cabildos;
- e) Alcaldes.

Expansão territorial da colônia

O povoamento do Brasil concentrou-se no litoral, incentivando principalmente a produção açucareira, porém, lentamente iniciou-se também a penetração do território.

A conquista e a ocupação resultaram das ações de expedições militares, de bandeirantes, de jesuítas e de criadores de gado.

Entradas

As entradas foram expedições organizadas sob o mando de autoridades portuguesas, com o objetivo de explorar o interior em busca de riquezas minerais e também fazer o reconhecimento de novas áreas, porém, não deveriam ultrapassar o limite de Tordesilhas.

Bandeiras

Uma outra forma de expedições que adentrava o interior ou o sertão eram as bandeiras, que surgiam da iniciativa de particulares, iniciando-se quase sempre em São Paulo. Diferentemente das entradas, os bandeirantes paulistas não se preocupavam com limites, por isso contribuíram imensamente para ampliar o tamanho do território brasileiro.

Tipos de bandeiras

- **Bandeiras de apresamento:** Atacavam aldeias indígenas e missões jesuítas espanholas, capturando seus habitantes para vendê-los como escravos.
- **Bandeiras de prospecção:** Buscavam riquezas minerais. Nos séculos XVI e XVII, ficaram próximas ao litoral sul (exemplo: Baía de Paranaguá), depois seguiram para os sertões (MG, GO e MT).
- **Sertanismo de contrato:** Bandeirantes eram contratados por escravocratas e autoridades de outras regiões para combater quilombos ou tribos mais resistentes ("guerra justa").

Monções

Eram expedições fluviais que partiam de Porto Feliz (SP) via rio Tietê, passando para outros rios, até atingirem Cuiabá (MT).

Economia e sociedade colonial

A política mercantilista sujeitou as colônias ao monopólio comercial com a metrópole (país colonizador). Uma das principais consequências do mercantilismo foi a implantação do sistema de exploração colonial, em que o Brasil tinha como função gerar riqueza para Portugal por intermédio do chamado **pacto colonial**, pelo qual a colônia só poderia manter relações comerciais com sua metrópole.

Açúcar

Foi o açúcar o produto no Brasil que mais lucros deu a Portugal, uma vez que era de grande interesse para o comércio europeu.

Vários foram os fatores que influenciaram para a produção açucareira:

- o clima tropical e o solo tipo massapê do litoral nordestino;
- a experiência portuguesa, com produção nas ilhas africanas;
- o financiamento holandês para a produção;
- o grande interesse do mercado consumidor europeu.

A produção açucareira no Brasil caracterizou-se por grandes propriedades (latifúndio), mão de obra escrava e monocultura para exportação, denominada de *plantation* (semelhante ao que ocorria no sul dos Estados Unidos).



Engenho de açúcar

A fazenda de produção de cana-de-açúcar tinha como principais instalações a casa-grande, a senzala, a capela e, às vezes, o engenho (fábrica) de açúcar (apenas os senhores mais ricos tinham seu próprio engenho).

A sociedade era bipolarizada entre senhores brancos e escravos, poucas pessoas pertenciam a outras categorias populacionais. A mobilidade social era quase inexistente.

Era uma sociedade patriarcal, aristocrática e rural. O senhor era autoridade máxima sobre a família, os escravos e os agregados; a população espalhava-se pela imensa paisagem rural e a posse da terra e de escravos distinguia os membros da elite social.

Escravidão

Na história do Brasil, a mão de obra escrava foi amplamente explorada durante quase quatrocentos anos. Inicialmente foi utilizada a escravização do indígena, mas depois passou-se à escravização do negro africano.

O índio resistiu à escravidão, por conhecer o território isso lhe facilitava as fugas, além disso, contava com o apoio da tribo, pois sua cultura era totalmente avessa à produção de excedentes para o comércio, o que dificultou em muito sua utilização como mão de obra escrava.

Além disso, a Igreja Católica, voltada à catequização dos indígenas, passou a proibir e lutar contra sua escravização. No entanto, o fator determinante para a escravização do negro africano, em lugar do nativo ameríndio, foram os altos lucros que a Coroa portuguesa passava a ter com o tráfico e a venda dos negros trazidos da África.

A princípio a escravização dos indígenas permaneceu, mesmo com a proibição da Igreja e da Coroa portuguesa, mas depois foi totalmente suplantada pela utilização da mão de obra africana.

Os africanos encontraram formas de resistência contra a escravidão, especialmente por meio de fugas para as serras, onde surgiram os **quilombos**, aldeias escondidas em meio à mata, onde voltavam a viver com liberdade, como se estivessem novamente na África. A existência desses quilombos não era tolerada pelos escravocratas, pois servia de estímulo para outras fugas. O **Quilombo dos Palmares** na Serra da Barriga, em Alagoas, foi o maior e mais duradouro de que se tem notícia. Liderado por um negro chamado **Zumbi**, sua destruição coube à bandeira de **Domingos Jorge Velho**.

África e escravidão

A alegação de que a escravização do negro nada tinha de especial, já que os africanos a utilizavam entre si, e que os europeus apenas haviam se engajado em um comércio que já existia, deturpa a realidade. As formas de servidão praticadas na África baseavam-se na captura de prisioneiros de guerra. A condição era reversível e não reduzia o indivíduo à condição de simples mercadoria. O cativo gozava de direitos e ao deixar essa

condição podia ascender socialmente. Portanto, constitui-se em um erro a aplicação do termo **escravismo** ao sistema de servidão praticado na África. Quando o tráfico de escravos se tornou uma prática em algumas partes da África nos séculos XVIII e XIX, não se tratou de um fenômeno africano, mas sim de um fator de integração ao sistema econômico mundial predominante na época.

África e seu lugar na história

Ao abordar a história africana, é preciso rejeitar a visão europeizante dos últimos quinhentos anos que coloca o período da expansão marítima do século XV como o período das "grandes descobertas", o que reduz os povos encontrados na América e na África à condição de primitivos.

A África foi palco de grandes desenvolvimentos tecnológicos e de civilizações que em nada correspondem ao conceito de primitivismo. Na atualidade, o conhecimento científico coloca a África como o berço da humanidade e do desenvolvimento civilizatório.

Em todo o continente e em diversas épocas, os povos africanos desenvolveram sistemas de escrita e conhecimentos em astronomia, matemática, metalúrgica, arquitetura, medicina e engenharia. Entre 6 mil e 4 mil anos antes de Cristo, já existiam concentrações de populações que praticavam a agricultura ao lado dos rios Nilo, Niger e Congo. Foi no vale do rio Nilo que se desenvolveu a monumental civilização egípcia, tradicionalmente localizada no chamado Oriente Próximo, o que de certa forma descaracteriza até hoje sua localização no norte do continente africano.

Não apenas o Império Egípcio pode ser destacado no continente, mas também existiram outros Estados e Impérios, como o de Mali, com um território maior que o do antigo Império Romano, e o de Axum, no norte da Etiópia, que por volta do ano 50 d.C. teve seu porto de Adulis como um centro de ativo comércio com a Ásia através do oceano Índico.

Na maioria dos casos esses Estados se caracterizaram por monarquias em que os poderes procediam de uma autorização espiritual reconhecida pela coletividade. Eram sistemas políticos marcados pela descentralização de poder e pela coletiva propriedade da terra.

O Islã, apesar de externo ao continente, constituiu um fator importante no processo civilizatório e de formação de Estado de certas regiões, através de sua cultura rica e desenvolvida, o que fez com que muitos dos africanos capturados e trazidos como escravos para a América fossem culturalmente mais desenvolvidos que seus senhores brancos.

Cultura afro-brasileira

A africanidade está presente em muitos aspectos da cultura brasileira como uma de suas matrizes formadoras, pois o surgimento do povo brasileiro se deu da confluência, do entrelaçamento e da mistura do invasor português com índios e negros africanos.

A presença africana se faz notada na língua, nos costumes, na arte, na alimentação e na religião. Vários pratos típicos resultaram dos negros escravos, como o vatapá, o acarajé e a feijoada, também doces como a cocada, o quindim e o pé de moleque. Muitos dos vocábulos de nossa língua, como batuque, cachaça, caçula, cachimbo e quitanda, também têm origem africana. Na música, encontramos instrumentos como o tamborim, o reco-reco e o agogô, além de ritmos como o maracatu, o samba, o frevo e o pagode. A capoeira, por exemplo, é uma adaptação de luta com ritmo e movimentos de danças africanas.



Negros lutando no Brasil (1824), Augustus Earle.
Óleo sobre tela.

Embora fossem obrigados a seguir a religião católica, os negros não deixaram de lado seus rituais e deuses. Dessa forma, as crenças africanas misturaram-se com o catolicismo que lhes era imposto. Esse sincretismo proporcionou aos negros africanos a forma de manutenção de suas crenças, levando seus orixás a adotarem as imagens dos santos do catolicismo, assim, Oxalá, pai dos orixás, foi identificado com Jesus, Xangô, senhor dos trovões e das tempestades, identificado com Santo Antônio ou São João, Ogum com São Jorge e Iemanjá com Nossa Senhora em religiões como a Umbanda e o Candomblé.

Mineração

Em 1693, os bandeirantes encontraram as primeiras amostras de ouro em Minas Gerais, dando início a uma verdadeira “corrida do ouro”, que teve seu auge na primeira metade do século XVIII.

A mineração possibilitou um considerável aumento populacional e propiciou a ocupação de áreas do interior, inclusive pertencentes à Espanha.

Grande parte do ouro extraído era de aluvião, ou seja, encontrado às margens e leitos dos rios, esse tipo de garimpagem era chamado **faiscação**.

Com a mineração, a sociedade tornou-se mais diversificada. A vida urbana intensificou-se, surgiram inúmeros arraiais e vilas. Formou-se um mercado consumidor interno e o abastecimento da região mineradora exigiu maior integração entre as capitâneas.

Em 1703, Portugal assinou o **Tratado de Methuen** com a Inglaterra. Por intermédio dele ficou estabelecido que os portugueses supririam o mercado inglês com vinho e, em troca, os ingleses venderiam a Portugal suas manufaturas. Não demorou muito para que o ouro tirado do Brasil fosse em grande parte usado para pagar as dívidas de Portugal com a Inglaterra.

Para evitar o contrabando e ampliar a arrecadação de impostos, a Coroa estabeleceu as Casas de Fundição, onde o ouro era fundido em barras e pago o **Quinto** (imposto correspondente a Portugal).

Em 1763, o ministro Marquês de Pombal transferiu a capital da colônia para o Rio de Janeiro, por estar mais próxima da região aurífera.

Pecuária

Durante todo o período colonial, era uma atividade acessória. Na economia açucareira ou na mineração, o gado servia como força motriz, transporte e alimentação. As mulas (muare) tinham alto valor.

A criação de gado foi introduzida pelos portugueses no Nordeste, expandindo-se pelas margens do rio São Francisco, de onde atingiu o Piauí, Ceará, Maranhão, Minas Gerais e Goiás.

No extremo-Sul, no final do século XVII, alguns bandeirantes e famílias enviadas dos Açores passaram a dedicar-se à criação de gado, como forma de facilitar a ocupação portuguesa na região.

O tropeirismo foi a atividade de levar gado (bovinos e muare) do Rio Grande do Sul para a região mineradora. A principal rota chamava-se **Caminho do Viamão**; partia de Viamão (RS) com destino a Sorocaba (SP).

Outras atividades

O tabaco era cultivado na Bahia e, assim como a aguardente, era trocado por escravos na África. O algodão era produzido em algumas regiões do Nordeste, e no Vale Amazônico.

As missões jesuíticas exploravam as **drogas do sertão** (frutos, sementes e plantas típicas da região).

A crise do sistema colonial

O sistema colonial entrou num período de crise desde o final do século XVII, quando afloraram os primeiros protestos contra a opressão portuguesa e o pacto colonial.

No final do século XVIII, esta crise tornou-se mais evidente, não somente porque na colônia a ideia de liberdade estava florescendo através da disseminação do Iluminismo e do exemplo da independência dos Estados Unidos, mas também porque a metrópole passava por uma conjuntura de crise econômica.

Existiam dois tipos de revoltas coloniais: **nativistas**, que protestavam contra o aumento de impostos, mas não desejavam uma separação de Portugal; e **emancipacionistas**, que tinham por objetivo proclamar a independência política.

Revoltas nativistas

Revolta de Beckman – MA (1684)

Liderados por Manuel Beckman, Tomas Beckman e Jorge Sampaio, os fazendeiros da região do Maranhão tomaram São Luís, expulsaram o governador, os jesuítas que não queriam permitir a escravização indígena e extinguiram a **Companhia de Comércio**, a qual possuía o monopólio comercial naquela parte da colônia, vendendo mercadorias de má qualidade a preços altos e não trazendo anualmente o número de escravos que deveria fornecer.

A resposta da Coroa portuguesa foi uma violenta repressão, que terminou com a prisão e enforcamento de Manuel Beckman e Jorge Sampaio.

Guerra dos Emboabas – MG (1709)

Foi o conflito entre paulistas (descobridores das minas de ouro) e portugueses recém-chegados, os emboabas.

O resultado desse conflito foi a saída dos bandeirantes sobreviventes para as regiões de Goiás e Mato Grosso. Além disso, o governo português criou a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, separada da administração do Rio de Janeiro.

Guerra dos Mascates – PE (1710)

Olinda era a sede da Capitania de Pernambuco e a Vila de onde os poderosos senhores de engenho exerciam o poder sobre a região, incluindo Recife.

Acontece que Recife era mais populosa e economicamente importante pela exportação de açúcar, era também a cidade de muitos comerciantes portugueses,

apelidados de mascates, com os quais os senhores de engenho de Olinda viviam endividados.

Com a elevação de Recife à condição de Vila, teve início um conflito violento, pois os senhores de engenho viram seu domínio político ameaçado. O governo português sufocou a revolta dos olindenses e puniu-os, dando a Recife a condição de Capital.

Revolta de Filipe dos Santos – Vila Rica (1720)

Com o objetivo de combater o contrabando de ouro, a Coroa portuguesa criou as Casas de Fundição. Em protesto, alguns mineradores liderados por Filipe dos Santos iniciaram um levante em Vila Rica (atual Ouro Preto), mas foram imediatamente reprimidos.

Filipe dos Santos foi condenado à força e a Capitania de Minas Gerais foi separada da Capitania de São Paulo.

Revoltas emancipacionistas

Inconfidência Mineira (1789)

Os ricos mineradores de Vila Rica e região não suportavam o excesso tributário exercido pelas autoridades portuguesas, principalmente por já ser uma época em que a extração de ouro apresentava indícios de decadência. Mesmo assim, a Coroa exigia uma quota mínima de cem arrobas (1 500 quilos) de ouro por ano para Portugal. Caso essa quantidade não fosse atingida, o governo poderia decretar a derrama, cobrança dos impostos atrasados.

Membros da elite econômica e intelectual local, inspirados pelas ideias iluministas e pela independência dos Estados Unidos (1776), começaram a conspirar, elaborando um plano para proclamar a independência da colônia. Participavam das reuniões secretas vários mineradores ricos, alguns bacharéis intelectuais e também alguns clérigos e militares. Entre os nomes de maior destaque, citam-se: Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa, José Álvares Maciel, Alvarenga Peixoto, Francisco de Paula Freire de Andrade, Padre Oliveira Rolim, o cônego Luís Vieira e o alferes Joaquim José da Silva Xavier, vulgo Tiradentes.

Seus planos eram de proclamar a independência e estabelecer uma república com capital em São João D'El Rei. Sua bandeira era branca, com um triângulo verde no centro e a frase *Libertas Quae Sera Tamen* (liberdade ainda que tardia).

O movimento foi denunciado e o resultado foi a condenação da maioria a degredo na África, exceto para o alferes Tiradentes, que não pediu clemência para a rainha Maria I e, por isso, acabou enforcado.



Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes

Conjuração Baiana ou Guerra dos Alfaiates (1798)

Diferentemente de Vila Rica, o movimento que nasceu em Salvador (BA) contava com a participação de duas camadas da população: uma maioria de indivíduos pobres, principalmente mulatos e negros alforriados, e uma camada média, soldados e alfaiates, liderada por membros da maçonaria.

Seus planos eram bastante democráticos, falavam em proclamar a independência da Bahia, implantar um sistema republicano, extinguir a escravidão e combater os crimes raciais.

Também foram delatados e presos. Os líderes mais humildes acabaram enforcados.

Leitura Complementar

A condenação de Tiradentes

"[...] Portanto, condenam ao réu Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes, alferes que foi da tropa paga da Capitania de Minas Gerais a que, com barço e pregação, seja conduzido pelas ruas públicas ao lugar da forca, e nela morra morte natural para sempre e que, depois de morto, lhe seja cortada a cabeça e levada a Vila Rica, onde, em o lugar mais público dela, será pregada em poste alto, até que o tempo a consuma e o seu corpo será dividido em quatro quartos e pregado em postes, pelo caminho de Minas, no sítio das Varginhas e Ce-

bolas, onde o réu teve as suas infames práticas, e os mais nos sítios de maiores povoações, até que o tempo também os consuma; declaram o réu infame, e seus filhos e netos, tendo-os, e os seus bens aplicam para o Fisco e Câmara Real, e a casa em que vivia em Vila Rica será arrasada e salgada, para que nunca mais no chão se edifique, e não sendo própria, será avaliada e paga a seu dono pelos bens confiscados, e no mesmo chão se levantará um padrão pelo qual se conserve em memória a infâmia deste abominável réu."

Fonte: MEC. *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*/Adaptado.

Testes

07. (UFCE) A sociedade colonial brasileira estava baseada na exploração de mão de obra cativa de origem africana. Os escravos eram utilizados:

- 01) no cultivo da cana para a fabricação de açúcar;
- 02) na educação dos filhos menores dos senhores de engenho;
- 04) na difusão de técnicas agrícolas pelo interior da colônia;
- 08) na interiorização da colônia como pequenos proprietários;
- 16) nos serviços domésticos da casa-grande senhorial.

08. (FUVEST-SP) Qual destas definições expressa melhor o que foram as Bandeiras?

- a) Expedições financiadas pela Coroa e se propunham exclusivamente a descobrir metais e pedras preciosas.
- b) Movimento de fundo catequético, lideradas pelos jesuítas para a formação de uma nação indígena cristã.
- c) Expedições particulares que apresavam os índios e procuravam metais e pedras preciosas.
- d) Empresas organizadas com o objetivo de conquistar as áreas litorâneas e ribeirinhas.
- e) Incursões de portugueses para atrair tribos indígenas para serem catequizadas pelos jesuítas.

09. (FUVEST-SP) No processo histórico de Portugal, o Tratado de Methuen consolidou a:

- a) subordinação econômica de Portugal à Inglaterra;
- b) prosperidade da indústria nacional portuguesa;
- c) liberdade de comércio entre as colônias portuguesa e inglesa;

d) posse das terras situadas além do meridiano de Tordesilhas;

e) supremacia da França como principal parceira comercial de Portugal.

10. (FUVEST-SP) O tráfico de negros para o Brasil foi importante elemento de:

a) acesso de mão de obra de baixa rentabilidade econômica;

b) estímulo ao comércio de índios enviados para Portugal;

c) lucratividade, favorecendo a acumulação de capitais na metrópole;

d) incentivo à produção de manufaturas para o mercado interno;

e) predomínio da agricultura de subsistência e da policultura.

11. (FUVEST-SP) Podemos afirmar sobre o período da mineração no Brasil que:

a) atraídos pelo ouro, vieram para o Brasil aventureiros de toda espécie, que inviabilizaram a mineração;

b) a exploração das minas de ouro só trouxe benefícios para Portugal;

c) a mineração deu origem a uma classe média urbana que teve papel decisivo na independência do Brasil;

d) o ouro beneficiou apenas a Inglaterra, que financiou sua exploração;

e) a mineração contribuiu para interligar as várias regiões do Brasil, e foi fator de diferenciação da sociedade.

12. (Mackenzie-SP) Duas atividades econômicas destacaram-se durante o período colonial brasileiro: a açucareira e a mineração. Com relação a essas atividades econômicas, é correto afirmar que:

a) na atividade açucareira, prevalecia o latifúndio e a ruralização; a mineração favorecia a urbanização e a expansão do mercado interno;

b) o trabalho escravo era predominante na atividade açucareira e o assalariado na mineradora;

c) o ouro do Brasil foi para a Holanda e os lucros do açúcar serviram para a acumulação de capitais ingleses;

d) geraram movimentos nativistas como a Guerra dos Emboabas e a Revolução Farroupilha;

e) favoreceram o abastecimento de gêneros de primeira necessidade para os colonos e o desenvolvimento de uma economia independente da metrópole.

13. (Cesgranrio-RJ) No período colonial, surgiram várias rebeliões e movimentos de libertação que questionaram a dominação portuguesa sobre o Brasil. A respeito dessas rebeliões, podemos afirmar que:

I. Todos os movimentos de contestação visavam à separação definitiva do Brasil de Portugal.

II. Até a 1.ª metade do século XVIII, os movimentos contestatórios exigiam mudanças, mas não o rompimento do estatuto colonial.

III. Desde o final do século XVIII, os movimentos de libertação sofriam a influência do Iluminismo e defendiam o fim do pacto colonial.

IV. A luta pela abolição da escravatura era uma das propostas presentes em basicamente todas as rebeliões.

V. Uma das razões de vários movimentos contestatórios era o abuso tributário da Coroa portuguesa em relação aos colonos:

Estão corretas as afirmativas:

a) somente I, II e III.

b) somente I, III e V.

c) somente II, III e IV.

d) somente II, III e V.

e) somente III, IV e V.

14. (FUVEST-SP) A chamada Guerra dos Mascates, ocorrida em Pernambuco, em 1710, deveu-se:

a) ao surgimento de um sentimento nativista brasileiro, em oposição aos colonizadores portugueses;

b) ao orgulho ferido dos habitantes da vila de Olinda, menosprezados pelos portugueses;

c) ao choque entre comerciantes portugueses do Recife e à aristocracia rural de Olinda pelo controle da mão de obra escrava;

d) ao choque entre comerciantes portugueses do Recife e à aristocracia rural de Olinda, cujas relações comerciais eram, respectivamente, de credores e devedores;

e) a uma disputa interna entre grupos de comerciantes, que eram chamados depreciativamente de mascates.

15. (UEL-PR) A Inconfidência Mineira foi uma conspiração que ocorreu em Vila Rica, hoje Ouro Preto, com caráter separatista. Sobre esse movimento, é correto afirmar que:

a) "Foi um mero sintoma da generalização do pensamento socialista que vai explodir na geração seguinte. Apesar de sua existência efêmera, repre-

sentou um marco de resistência colonial contra a opressão metropolitana...”

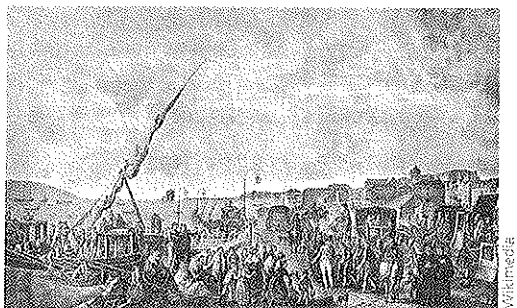
b) “Inspirada nos ideais revolucionários franceses, visava à igualdade social, à liberdade de comércio, ao trabalho livre e ao fim das distinções de raça e de cor.”

c) “O movimento reflete o clima de tensão social e política vivida na região. Foi nesta região que se desenvolveu a maioria das sociedades secretas que divulgaram os ideais revolucionários de liberdade.”

d) “Foi um movimento que abortou antes de se iniciar, mas que mostrou um sintoma de desagregação do Império português na América. Embora não tenha recebido influência direta da Revolução Francesa, os ideais iluministas e liberais estavam presentes no movimento.”

e) “Defendendo o federalismo, os insurretos pretendiam proclamar a independência e organizar o governo com base nos princípios de soberania popular e participação das camadas mais pobres nas decisões políticas.”

Transferência da Família Real e sua Corte para o Brasil



Embarque do príncipe regente de Portugal, Dom João, e toda Família Real para o Brasil no cais de Belém (1815), Henry L'Évêque.

Quando se iniciou o século XIX, a Europa estava abalada pelas Guerras Napoleônicas. O imperador dos franceses, Napoleão Bonaparte, pretendia dominar o continente, mas para isso precisava vencer a Inglaterra. Então, em 1806, decretou o **Bloqueio Continental**, ou seja, a proibição aos países do continente europeu de comercializarem com a Inglaterra, dessa forma visava causar a falência econômica dos ingleses.

Portugal, nessa época, estava sob o governo do príncipe regente D. João e era um país bastante dependente do capital inglês. Assim, a Coroa portuguesa

acabou permanecendo fiel aos seus parceiros ingleses, o que provocou a invasão militar francesa a Portugal.

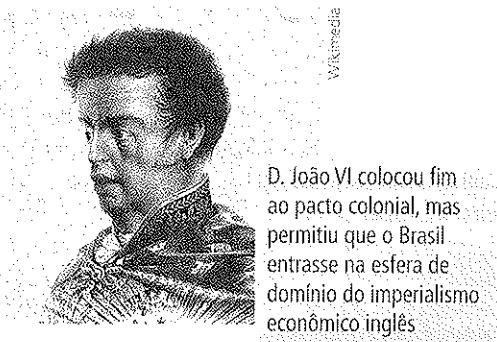
Enquanto os franceses invadiam o país, a Família Real e toda sua Corte fugiam para o Brasil.

O desembarque dos governantes portugueses no Rio de Janeiro, em 1808, transformava, na prática, a capital da colônia em nova capital do Império Português.

Antes de chegar ao Rio de Janeiro, o príncipe regente D. João esteve na Bahia, onde assinou o documento que concretizava a **abertura dos portos brasileiros às nações amigas**, acabando com o exclusivismo comercial português, o chamado pacto colonial, o que significou um importante passo inicial para o posterior processo de independência política.

Já no Rio de Janeiro, o período Joanino (entre 1808 e 1821) foi rico em realizações, como:

- Permissão para a instalação de fábricas no Brasil.
- Fundação do Banco do Brasil e da Casa da Moeda; construção do Jardim Botânico do Rio de Janeiro; criação do Jornal Gazeta do Rio de Janeiro, com funções de imprensa oficial.
- Fundação das primeiras faculdades brasileiras, de Medicina na Bahia e Rio de Janeiro, e Direito no Recife, além da Academia Militar e da Marinha.
- Em 1810 – Tratados de Aliança, Amizade e Comércio com a Inglaterra.
- Em 1815, o Brasil foi elevado à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves, deixando de ser uma mera colônia.
- Anexações dos territórios da Guiana Francesa e do Uruguai, com o nome de Província Cisplatina.



D. João VI colocou fim ao pacto colonial, mas permitiu que o Brasil entrasse na esfera de domínio do imperialismo econômico inglês

Revolução Pernambucana de 1817

Os senhores de engenho de Pernambuco viviam um processo de intensificação da crise econômica na região, tal situação decorria da queda dos preços do açúcar e acarretava também em um aumento do custo de vida para as camadas populares.

Para piorar a situação, a exploração sobre a região aumentou para beneficiar a Corte instalada no Rio de Janeiro.

O movimento rebelde, visando à independência com a possível instauração de uma república, estourou e gerou um governo provisório no Recife. Porém, a repressão veio rapidamente, por meio de tropas enviadas da Bahia e do Rio de Janeiro.

Muitos participantes acabaram presos e alguns foram executados.

Retorno de D. João

Depois de livrar-se da ocupação francesa, Portugal ficou sob ocupação de tropas inglesas comandadas pelo autoritário general Beresford.

Então, em 1820, estourou na cidade do Porto uma revolução burguesa, a **Revolução Liberal e Constitucionalista do Porto**, cujos resultados imediatos acabaram por atingir os interesses brasileiros.

O absolutismo desaparecia para dar lugar a uma Monarquia Constitucional controlada por uma assembleia parlamentar formada por representantes de todas as províncias do império, denominada **Cortes**.

O novo regime estabelecido em Portugal exigiu que a Família Real regressasse e, em 1821, D. João retornou a Portugal, deixando no Brasil seu filho D. Pedro como **príncipe regente**.

Regência de D. Pedro e a Independência

Logo os representantes da burguesia portuguesa mostraram quais eram seus verdadeiros planos para o Brasil. O projeto constitucional que estava sendo aprovado levaria a uma "recolonização" do Brasil.

A maçonaria e a imprensa no Rio de Janeiro trataram de conquistar o apoio de D. Pedro à causa de Independência do Brasil. Foi elaborado um abaixo-assinado, que contou com oito mil assinaturas, solicitando a permanência do príncipe. Tal documento levou D. Pedro a oficializar seu desejo de ficar, era o **Dia do Fico** – 09 de janeiro de 1822.



Grito da Independência (1822), Pedro Américo. Óleo sobre tela.

Em maio D. Pedro recebia da maçonaria o título de **Defensor Perpétuo do Brasil**.

A convocação de eleições para uma Assembleia Constituinte, feita pelo regente, indicava sua disposição de garantir a autonomia política brasileira e desafiava as Cortes.

Finalmente em 07 de setembro de 1822, após receber cartas enviadas pelas Cortes, contendo severas ameaças, e outras, de José Bonifácio (ministro e futuro "Patriarca da Independência") e da princesa Dona Leopoldina, aconselhando-o a reagir depressa, D. Pedro, às margens do Riacho do Ipiranga (SP), proclamou a Independência do Brasil.

O ato do príncipe, na verdade, finalizou um processo que havia iniciado anos antes, com a chegada de D. João VI, e que teria que ser confirmado através do reconhecimento interno e externo da existência de um governo brasileiro independente de Portugal.

O reconhecimento interno dependia de garantir a aceitação por parte de todas as províncias brasileiras da autoridade de D. Pedro como imperador do Brasil, o que não foi fácil, pois além de algumas províncias serem governadas por militares portugueses, havia uma grande falta de unidade entre as diferentes regiões do Brasil.

É importante frisar que a independência em relação a Portugal não significou uma transformação, já que as estruturas econômicas ficaram as mesmas dos tempos de colônia; latifúndio, escravidão e agroexportação continuavam sendo os pilares da economia.

Primeiro Reinado (1822-1831)

A primeira fase de nossa vida política independente foi de instabilidade e insegurança, afinal, D. Pedro I era português de nascimento e herdeiro da Coroa portuguesa. Além disso, os interesses pessoais de D. Pedro I entraram em choque com os interesses das elites brasileiras desde os primeiros anos de governo, situação que foi se intensificando até gerar o prematuro fim do Primeiro Reinado.

Para combater as províncias rebeladas contra a independência, D. Pedro teve que endividar-se com a compra de armas, navios e contratação de oficiais mercenários.

Os Estados Unidos, graças à **Doutrina Monroe** ("A América para os americanos"), foram o primeiro país a reconhecer nossa soberania. Depois a Inglaterra, que após negociar novos e vantajosos tratados comerciais, nos ajudou a convencer Portugal com a soma de dois milhões de libras esterlinas.

Constituição de 1824

Cumprindo determinação de D. Pedro I, foram eleitos representantes de todas as Províncias, que se reuniram no Rio de Janeiro, em 1823, para elaborar a primeira Constituição Brasileira.

Entre os brasileiros, destacavam-se dois grupos políticos antagônicos: de um lado os mais conservadores, liderados por José Bonifácio e seus irmãos (grupo dos Andrada); de outro, os defensores de uma maior descentralização política, entre eles Gonçalves Ledo. Além dos brasileiros, havia um grupo de representantes dos portugueses residentes no Brasil, em especial no Rio de Janeiro.

Antônio Carlos de Andrada apresentou ao imperador o primeiro projeto de Constituição que desagradou a D. Pedro I, pois restringia seu poder político como imperador, assim como os direitos políticos dos portugueses.

A reação de D. Pedro foi imediata, mandou dissolver a Assembleia Constituinte e prender alguns dos deputados, outros foram banidos do Brasil. Em seguida, nomeou dez indivíduos de seu agrado que elaboraram uma Constituição de acordo com a vontade do imperador.

A nova Constituição foi outorgada (imposta) em março de 1824 e continha entre seus artigos:

- Uma monarquia constitucional e hereditária.
- Um governo dividido em quatro poderes: **Executivo** (imperador e ministros), **Legislativo** (senado vitalício e Assembleia Geral), **Judiciário** e o especial Poder **Moderador**: exclusivo do imperador, que lhe permitia dissolver a Assembleia Geral, nomear e demitir presidentes de províncias e interferir no Judiciário.
- Como religião oficial, o catolicismo.

Crise política e abdicação

Os conflitos entre D. Pedro I e a elite rural brasileira cresceram continuamente, principalmente após a dissolução da Assembleia Constituinte e o aumento do desagrado em relação a um imperador português.

Primeiro foi a **Confederação do Equador**, que começou em Pernambuco, em 1824. Os rebeldes chegaram a tomar o governo e tiveram, por pouco tempo, apoio das províncias do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

A repressão veio rápida, e ao final muitos foram presos e executados, entre eles o popular frei Caneca. Tais condenações só fizeram crescer a antipatia por D. Pedro I na região.

No sul, a Província da Cisplatina lutou por sua independência, o que ocorreu em 1828, dando origem ao atual Uruguai, o que fez crescer o desprestígio do imperador.

O fator que levou a um desgaste político ainda maior foi o assassinato do jornalista Líbero Badaró, pois o imperador foi visto como interessado em sua morte, já que o jornalista era um feroz crítico do Império.

Intrigas da Corte e uma vida pessoal bastante criticada, além do envolvimento na questão sucessória portuguesa após a morte de D. João VI, só fizeram agravar ainda mais a impopularidade de D. Pedro I.

No retorno ao Rio de Janeiro após a chamada "Viagem a Minas", onde o imperador esperava encontrar alguma solidariedade, encontrou **As Noites das Garrafadas**, três noites em que brasileiros entraram em luta com portugueses. Em reação, então, o irado imperador demitiu os ministros brasileiros e os substituiu por portugueses, o que ficou conhecido como o **Ministério dos Marqueses**.

Houve muitas manifestações populares contra o imperador, e então, em abril de 1831, ele abdicou ao Trono em favor de seu filho D. Pedro de Alcântara, que na época tinha cinco anos de idade. No dia seguinte o "herói" de nossa independência retornou à sua pátria.

Período Regencial (1831-1840)

Como D. Pedro de Alcântara era menor de idade, tornou-se necessário que o país fosse governado por Regentes, até que o imperador alcançasse sua maioridade.

O Período Regencial foi dividido em 4 fases:

Regência Trina Provisória (1831)

Teve como objetivo governar até que uma regência permanente fosse eleita. Manteve-se por apenas três meses e teve medidas de caráter liberal e antiabsolutistas.

Regência Trina Permanente (1831-1835)

Uma de suas figuras de maior destaque foi o Padre Antônio Feijó. Durante esse período foi criada a Guarda Nacional (milícia formada por fazendeiros que combateria revoltas internas) que deveria ficar no poder até a maioridade de D. Pedro II. Com a aprovação do Ato Adicional de 1834, foi determinada que a regência passaria a ser exercida por uma única pessoa.

Regência de Feijó (1835-1837)

Apesar do prestígio que conquistou como Ministro da Justiça durante a regência Trina Permanente, atraiu logo muita oposição, inclusive com a eclosão de revoltas, como a **Cabanagem** no Pará e a **Farrroupilha** no Rio Grande do Sul. Adoentado, Feijó afastou-se do poder.

Regência de Pedro de Araújo Lima (1838-1840)

Sua regência caracterizou-se pela violenta repressão às revoltas nas províncias. Durante este período foram criados: o Instituto Histórico e Geográfico Bra-

sileiro, o Arquivo Nacional e o Colégio D. Pedro II. Os movimentos rebeldes continuavam a ocorrer, com o início de outros dois: a **Balaçada** no Maranhão e a **Sabinada** na Bahia.

Revoltas do Período Regencial

Cabanagem – Pará (1835-1840)

- Revolta dos Cabanos – o nome refere-se ao tipo de habitação dos participantes da revolta, ou seja, a população mais humilde que vivia em condições miseráveis, sem qualquer grau de cidadania garantido. Segundo Caio Prado Júnior, esta foi a única revolta em que o povo conseguiu tomar o poder e manter-se no controle da Província por tempo razoável.
- Acabaram massacrados pelas tropas do império.

Farroupilha ou Guerra dos Farrapos – Rio Grande do Sul (1835-1845)

- Rebelaram-se os estancieiros gaúchos, devido aos altos impostos sobre os produtos da região, em especial o charque. Além disso, alguns líderes sofriam influência de ideias republicanas. Contaram com o apoio de “peões” e “escravos”.
- No Rio Grande do Sul, fundaram a República do Piratini ou Riograndense, sob a presidência de Bento Gonçalves. Davi Canabarro e Giuseppe Garibaldi conquistaram Santa Catarina, onde fundaram a República Juliana.
- A revolta acabou quando o Barão de Caxias conseguiu que os “farroupilhas” aceitassem um acordo de paz.

Sabinada – Bahia (1838-1839)

- Um de seus líderes era o médico Francisco Sabino, que fundou a República Bahiense, com o objetivo de livrar-se do poder da regência. A Bahia voltaria a integrar o território brasileiro quando D. Pedro II assumisse o Trono.
- Foram rapidamente derrotados.

Balaçada – Maranhão (1838-1841)

- O nome desse movimento vem da origem social de alguns dos seus líderes, “fazedores de balaaios”, comandando uma massa de indivíduos pobres que lutavam por melhores condições de vida.
- Acabaram massacrados pelas tropas comandadas por Luís Alves de Lima e Silva, que os venceu na localidade de Caxias, daí em diante o mesmo recebeu o título de Barão de Caxias.

Grupos políticos do Período Regencial

Durante este período alguns grupos disputaram o poder:

- **Restauradores ou “Caramurus”:** Liderados por José Bonifácio, desejavam a volta de D. Pedro I ao Brasil.
- **Liberais Moderados ou “Jurujubas”:** Desejavam mais descentralização política, mas agiam com bastante conservadorismo, tentando evitar conflitos.
- **Liberais Exaltados ou “Farroupilhas”:** Queriam mudanças mais profundas, como maior descentralização política, uns poucos eram republicanos.

A ocorrência de tantas revoltas tornou-se uma grande preocupação para as elites rurais brasileiras, pois poderiam significar grandes mudanças sociais ou políticas. Diante deste receio, os grupos políticos que representavam as elites começaram a buscar uma conciliação e uma solução para, no dizer de um político da época: “parar o carro da revolução”.

Ao final do Período Regencial, os partidos que representavam os interesses das elites brasileiras eram o **Partido Liberal** e o **Partido Conservador**.

Em termos ideológicos, liberais e conservadores eram muito parecidos, afinal, representavam latifundiários e escravocratas. A semelhança era tanta que se tornou famosa a frase da época que dizia: “Ninguém mais conservador que um liberal no poder; ninguém mais liberal que um conservador na oposição”.

O Partido Liberal começou uma campanha pela antecipação da maioridade do imperador, figura considerada sagrada para boa parte do povo humilde, um símbolo da vontade e da justiça divina.

Assim aconteceu, em 1840, o **Golpe da Maioridade**. Através de uma lei foi antecipada a maioridade do jovem D. Pedro de Alcântara, que passou a governar o Brasil com apenas 15 anos de idade.

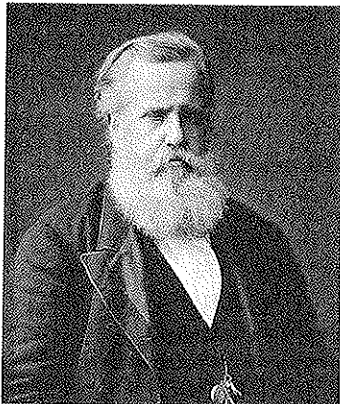
Caberia ao Segundo Reinado garantir a unidade territorial e a estabilidade política, custasse o que custasse.

Política do Segundo Reinado (1840-1889)

A primeira década do Segundo Reinado foi marcada pela repressão às revoltas e a busca pelo entendimento entre os grupos políticos rivais.

Nas primeiras eleições dessa fase, os liberais conseguiram o maior número de deputados e fizeram o ministério, mas a vitória foi obtida por meio de muita violência, foram as **eleições do cacete**.

D. Pedro II, em 1842, acatou as queixas dos conservadores e anulou o resultado das eleições, com isso tiveram início as revoltas liberais em São Paulo e Minas Gerais. Caxias foi encarregado de reprimi-las e logo conseguiu a "pacificação".



D. Pedro II

Em 1848, explodiu em Pernambuco a Revolução Praieira, com um conteúdo ideológico bem mais radical do que as revoltas liberais anteriores.

Liderados por Pedro Ivo, os praiheiros lançaram um *Manifesto ao Mundo*, no qual proclamavam seus ideais:

- Sufrágio universal.
- Comércio varejista exclusivamente para brasileiros.
- Liberdade de imprensa.
- Extinção do Poder Moderador.

Parlamentarismo "às avessas"

Em 1847, através de lei, foi implantado um sistema de governo que pode ser considerado parlamentarista, pois criava o cargo de **Chefe de Gabinete** (ou Primeiro Ministro).

Porém, no parlamentarismo brasileiro, foi mantido o Poder Moderador, com isso o poder do imperador estava acima dos outros poderes, inclusive sendo possível dissolver o "parlamento", o que era totalmente contrário com o sistema parlamentarista normal.

Durante o parlamentarismo, passou a ocorrer uma alternância no poder entre os liberais e conservadores.

A política externa entrou numa fase agressiva, era o imperialismo à brasileira, passando a intervir na vida política de argentinos, uruguaios e paraguaios.

Conflitos platinos

A primeira aventura militar brasileira no Prata foi em 1852, para derrubar dois caudilhos: o argentino Juan Manuel Rosas e o uruaio Manuel Oribe.

Em 1864, o caudilho uruaio Atanásio Aguirre foi diversas vezes intimado pelo governo brasileiro a impedir os frequentes ataques de bandoleiros uruguaios a fazendas do Rio Grande do Sul.

Sem conseguir diplomaticamente seus objetivos, o governo brasileiro enviou tropas do Exército e Marinha. O destaque foi para o Almirante Tamandaré, que ameaçou bombardear Montevideú.

Guerra do Paraguai (1864-1870)

Foi o principal conflito armado da história da América do Sul. Depois de sua independência, em 1811, o Paraguai alcançou um grande progresso econômico e social, pouquíssimo analfabetismo, não havia desemprego, franco progresso industrial, inclusive com estaleiros e construção de uma extensa malha ferroviária. Sendo o país com maior progresso econômico na América Latina, contrariou aos interesses das maiores nações imperialistas da época, principalmente da Inglaterra.

Para os paraguaios era fundamental manter o livre acesso aos rios da **Bacia Platina** (Paraná, Paraguai e Uruguai), como forma possível de chegar ao Atlântico e manter contato com o restante do mundo, principalmente para suas exportações.

A região da Bacia Platina, com seus principais rios, tinha uma grande importância estratégica no século XIX, pois a navegação fluvial era o melhor meio de acesso às áreas do interior da América do Sul, o que fazia da região um local de tensões e rivalidade. No caso brasileiro, os rios Paraná e Paraguai eram essenciais para chegar ao Mato Grosso.

Quando a guerra começou o país era governado pelo ditador Francisco Solano Lopes, que supostamente teria um plano para a região denominado de "Paraguai Maior", que incluiria a conquista de territórios, entre eles, parte do Mato Grosso e Rio Grande do Sul.

O episódio que deu início à guerra foi o aprisionamento do navio brasileiro Marquês de Olinda no rio Paraná, quando se dirigia para a Província do Mato Grosso.

Brasil, Argentina e Uruguai, estimulados pela Inglaterra contra os paraguaios, uniram suas forças militares na chamada **Tríplice Aliança**, em março de 1865.



Batalha naval de Riachuelo

O exército paraguaio ainda invadiu o Mato Grosso e atacou também o Rio Grande do Sul. A guerra em sua primeira fase foi marcada pelo equilíbrio de forças, mas ao final, em 1870, a derrota paraguaia foi estrondosa.

Cerca de 75% da população paraguaia foi morta, não somente em campos de batalha, mas também por contágio de doenças como a cólera, provocada pela estratégia de Caxias de contaminar a água dos rios com cadáveres coléricos.

O Brasil teve sua dívida externa junto aos banqueiros ingleses aumentada e perdeu mais de quarenta mil homens; além disso ficou apenas com uma pequena parte do território paraguaio, cabendo à Argentina a maior parte de terras conquistadas.

A Inglaterra foi altamente beneficiada por livrar-se de um concorrente na América do Sul e pôde aumentar ainda mais a dependência econômica brasileira e argentina.

O Exército Brasileiro cresceu e profissionalizou-se, e os escravos sobreviventes dos Batalhões de **Voluntários da Pátria** ganharam a alforria, devido à atitude firme do próprio exército que não aceitou o retorno dos negros ex-combatentes à situação de escravos.

Economia do Segundo Reinado

O café foi introduzido no Brasil por volta de 1727, a princípio sem valor comercial, tornou-se o mais importante produto de nossas exportações durante o Segundo Reinado, chegando a representar 80% das exportações.

A cultura cafeeira desenvolveu-se intensamente no Sudeste, em duas fases:

• Vale do Paraíba (1830-1860)

Nessa região, surgiram os primeiros grandes cafezais e formou-se a elite dos **barões do café**. A mão de obra ainda era escrava e provocou o aumento do tráfico.

• Oeste Paulista (1860 em diante)

A terra "roxa" foi um fator determinante na expansão da lavoura cafeeira nessa região.

Teve origem uma nova elite econômica, chamada **burguesia cafeeira**, porque demonstrava maior capacidade empresarial e espírito capitalista.

Nesse período, intensificou-se a substituição da mão de obra escrava por trabalho assalariado de imigrantes europeus, principalmente italianos.

Outros produtos agrícolas brasileiros com algum peso nas exportações eram: açúcar, algodão, tabaco e, no final do período, o cacau e a borracha (látex).

Quando cessaram os tratados comerciais com a Inglaterra, o governo imperial lançou a Tarifa Alves Branco, em 1844, visando elevar a arrecadação de impostos através do aumento generalizado das taxas alfandegárias de importação. Essa medida estimulou um "surto industrial", mas eram ainda pequenas as fábricas voltadas para o mercado interno e concentradas no Rio de Janeiro e São Paulo.

Longo processo abolicionista

Para os ingleses era necessário aumentar os mercados consumidores, o que implicava em incentivar o trabalho assalariado. Em 1845, cansados de esperar uma atitude do governo imperial brasileiro para conter o tráfico, os ingleses lançaram a lei **Bill Aberdeen** para combater o tráfico de escravos em qualquer parte do Atlântico.

Entre os abolicionistas no Brasil, a maioria pensava que a abolição deveria ocorrer gradativamente, com o argumento de que uma libertação rápida causaria uma crise econômica. Mesmo abolicionistas como José do Patrocínio e Joaquim Nabuco, eram bastante moderados.

Os cafeicultores enriquecidos, do oeste paulista, não demonstravam oposição à abolição, motivados pela utilização da mão de obra imigrante que chegava ao Brasil. Além deles, uma pequena classe média urbana, formada por intelectuais, jornalistas, advogados, médicos, funcionários e militares também eram favoráveis ao fim da escravidão.

O Exército chegou a manifestar-se oficialmente, após a Guerra do Paraguai, afirmando que não faria mais o papel de **Capitão do Mato** para caçar escravos furtivos.

A abolição acabou chegando gradativa e lentamente, através de leis.

• 1850: **Lei Eusébio de Queirós**, proibia o tráfico de escravos para o Brasil.

• 1871: **Lei do Ventre-Livre** (do Visconde do Rio Branco), libertava os escravos da Coroa e os filhos de escravos nascidos a partir da aprovação da lei.

- 1884: As Províncias do Amazonas e Ceará libertaram seus escravos. No caso cearense, foi importante a “Greve dos Jangadeiros”, uma forma de pressão para abolir a escravidão.

- 1886: **Lei dos Sexagenários** ou **Lei Saraiva-Cotegipe**, libertava os escravos idosos, com mais de 65 anos de idade. Rui Barbosa a chamou de “Lei da Gargalhada Nacional”, ironizando a crueldade da legislação, pois não previa qualquer forma de indenização aos libertos.

- 13 de maio de 1888: **Lei Áurea**, de autoria da princesa Isabel, a herdeira do Trono estabeleceu a abolição da escravidão em todo o Brasil, mas sem indenizações, nem para escravocratas, nem para libertos.

A abolição foi muito protelada, de acordo com os interesses dos escravocratas, mas mesmo assim descontentou essa parcela da elite que pretendia receber indenização do governo pela perda de seus escravos.

Depois de mais de três séculos de escravidão, a abolição finalmente chegou, mas sem, no entanto, trazer meios de sobrevivência para os negros que se tornavam livres. A maioria continuou desempenhando as mesmas funções com os ex-proprietários, tratando-os da mesma forma cruel como antes. Grande parte da sociedade branca os recebeu com menosprezo e preconceito, bloqueando-os nos níveis mais inferiores da sociedade.

Mais de cem anos depois da abolição da escravatura no Brasil, ainda pesa sobre o negro a marca de sua cor em uma sociedade voltada para o branco. Na atualidade, dados estatísticos demonstram a grave situação de miséria, fome, falta de moradia, educação e assistência médica que ainda sofre a maioria da população negra no país.

Declínio da monarquia brasileira

A república instalada na América do Norte, com a independência das Treze Colônias Inglesas (EUA), serviu de modelo para as várias repúblicas nascidas dos movimentos de independência da América Hispânica.

No Brasil, o ideal republicano aparece pela primeira vez durante a Inconfidência Mineira, inspirada pelo Iluminismo e pela Revolução Americana, ganhando força a partir da segunda metade do século XIX.

Os republicanos dividiam-se em dois grupos:

- **Revolucionários:** Liderados por Silva Jardim, fa-

voráveis a um rompimento rápido com a forma de governo vigente.

- **Evolucionistas:** Liderados por Quintino Bocaiuva, desejava a passagem para a república através de reformas legislativas.

Em 1871, logo após a Guerra do Paraguai, foi fundado o Partido Republicano do Rio de Janeiro. Dois anos depois, foi a vez do Partido Republicano Paulista ser fundado na Convenção de Itú. Rapidamente, os partidos republicanos foram sendo criados em cada Província.

O Brasil era o único país americano que mantinha a monarquia como forma de governo, o próprio *slogan* dos republicanos era: “Somos da América, queremos ser americanos”.

Porém, três questões foram determinantes para a derrubada do império brasileiro e instauração da república:

Questão religiosa

A constituição monárquica previa intervenções do imperador na Igreja brasileira, através do padroado e do beneplácito (uma forma de **cesaropapismo**). Tal situação causava conflitos de interesses entre governo e Igreja, principalmente a partir da década de 1860, quando o papa passou a proibir os católicos de se relacionarem com a maçonaria.

Padroado - Poder de nomear bispos.

Beneplácito - Poder de aceitação ou não das determinações da Igreja de Roma.

Questão abolicionista

Os ex-proprietários de escravos, principalmente aqueles de regiões economicamente decadentes, ressentiram-se com o governo imperial por não terem recebido indenizações quando da assinatura da Lei Áurea.

Questão militar

O Exército saiu da Guerra do Paraguai fortalecido e com o desejo de maior participação na vida política do país.

Na Academia Militar, os acadêmicos eram influenciados por um republicano convicto, o coronel **Benjamin Constant Botelho de Magalhães**, fiel discípulo do positivismo, do francês Auguste Comte, que pregava a criação de organizações administrativas radicalmente racionais como forma de atingir o progresso.

Assim, as conspirações dentro dos quartéis cresce-

ram e não tardou para unirem-se republicanos civis e militares, e criando o ambiente propício à derrubada da monarquia.

Proclamação da República

A Proclamação da República no Brasil não passou de um golpe militar. **Marechal Manuel Deodoro da Fonseca** aderiu “de última hora” ao movimento republicano, e pouco antes do amanhecer de 15 de novembro de 1889, reuniu tropas no Campo de Santana (atual Praça da República – RJ) e proclamou a República.



Marechal Deodoro

O último Chefe de Gabinete, Visconde de Ouro Preto, recebeu a ordem para deixar o cargo e telegrafou ao imperador, que estava em Petrópolis, anunciando sua demissão.

Quando D. Pedro II retornou de Petrópolis, recebeu de Deodoro a ordem de banimento para si e para toda a Família Imperial.

Na proclamação de nossa república não houve participação popular, a massa se quer sabia o que estava acontecendo, o que ficou retratado na célebre frase do republicano Aristides Lobo: “O povo assistiu a tudo bestializado”.

Foi de fato um golpe militar com apoio de uma parcela da elite agrária e com o absoluto desinteresse do restante da população.

Testes

16. (Mackenzie-SP) São fatores que levaram os E.U.A. a reconhecerem a independência do Brasil em 1824:

a) Doutrina Monroe (América para os americanos) e os fortes interesses econômicos emergentes nos E.U.A.

b) A aliança dos capitais ingleses e americanos interessados em explorar o mercado brasileiro e a crescente expansão do mercado da borracha.

c) A indenização de 2 milhões de libras pagos pelo Brasil ao governo americano e a Doutrina Truman.

d) A subordinação econômica à Inglaterra e o interesse de aliar-se ao governo constitucional de D. João VI.

e) A identificação com a forma de governo adotada no Brasil e interesses coloniais comuns.

17. (Cesgranrio-RJ) A concretização da emancipação política do Brasil, em 1822, foi seguida de divergências entre os diversos setores da sociedade, em torno do projeto constitucional, culminando com o fechamento da Assembleia Constituinte.

Assinale a opção que relaciona corretamente os preceitos da Constituição Imperial com as características da sociedade brasileira.

a) A autonomia das antigas Capitânicas atendia aos interesses das oligarquias agrárias.

b) O Poder Moderador conferia ao imperador a proeminência sobre os demais poderes.

c) A abolição do Padroado, por influência liberal, assegurou ampla liberdade religiosa.

d) A abolição progressiva da escravidão, proposta de José Bonifácio, foi uma das principais razões da oposição ao imperador D. Pedro I.

e) A introdução do sufrágio universal permitiu a participação política das camadas populares, provocando rebeliões em várias partes do país.

18. (Mackenzie-SP) Do ponto de vista político, podemos considerar o Período Regencial como:

a) uma época conturbada politicamente, embora sem lutas separatistas que comprometessem a unidade do país;

b) um período em que as reivindicações populares, como direito de voto, abolição da escravidão e descentralização política foram amplamente atendidas;

c) uma transição para o regime republicano que se instalou no país a partir de 1840;

d) uma fase extremamente agitada com crises e revoltas em várias províncias, geradas pelas contradições das elites, classe média e camadas populares;

e) uma etapa marcada pela estabilidade política, já que a oposição ao imperador Pedro I aproximou os vários segmentos sociais, facilitando as alianças na regência.

19. (UEL-PR) "...explodiu na província do Grão-Pará o movimento armado mais popular do Brasil (...). Foi uma das rebeliões brasileiras em que as camadas inferiores ocuparam o poder..."

Ao texto pode-se associar:

- a) A Regência e a Cabanagem.
- b) O I Reinado e a Praieira.
- c) O II Reinado e a Farroupilha.
- d) O Período Joanino e a Sabinada.
- e) A Abdicação e a Noite das Garrafadas.

20. (UFPB) Sobre as insurreiões ocorridas durante o Período Regencial e o II Reinado, relacione o movimento social com sua característica.

- (1) Praieira
- (2) Balaiada
- (3) Sabinada
- (4) Farroupilha
- (5) Cabanagem

() Rebelião iniciada em 1835 na província do Grão-Pará, que levou as camadas populares ao poder.

() Revolta ocorrida na Bahia em 1837, com predominância das camadas médias urbanas de Salvador.

() Revolta de sertanejos (vaqueiros e camponeses) e negros escravos, que abalou o Maranhão de 1838 a 1841.

() A mais longa revolta da história do império brasileiro, ocorrida no Rio Grande do Sul, de 1835 a 1845.

O preenchimento dos parênteses está sequencialmente correto em:

- a) 1, 3, 4, 2
- b) 2, 1, 4, 5
- c) 5, 3, 2, 4
- d) 3, 4, 1, 2
- e) 1, 2, 3, 4

21. (UFRN) A Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha (1835-1845) eclodiu como uma reação ao(s):

- a) pesados impostos cobrados pela Coroa, que diminuíam a capacidade de concorrência dos produtos gaúchos, especialmente do charque;
- b) regime de propriedade das terras gaúchas, que favorecia a concentração da posse de latifúndios nas mãos dos nobres ligados à Corte;

c) intensos movimentos do exército imperial no Rio Grande do Sul, que limitavam a atuação política dos estancieiros gaúchos;

d) sistema de representação eleitoral, que excluía a possibilidade de participação política das camadas populares da sociedade gaúcha.

22. (Mackenzie-SP) "A Princesa Imperial Regente, em nome de sua Majestade o imperador, o Senhor Dom Pedro II, faz saber a todos os súditos do império que a Assembleia Geral decretou e Ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1.º – É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil."

Fonte: Coleção de Leis -- Das Leis do Império do Brasil -- Imprensa Nacional.

Com relação à lei anterior, é correto afirmar que:

a) atendeu aos interesses dos fazendeiros de café do Vale do Paraíba e senhores de engenho do Nordeste;

b) a Lei Áurea solapou o poder econômico e político de setores da elite agrária que se vinculavam ao império;


c) o mercado de trabalho absorveu esta mão de obra nas indústrias em expansão, carentes de trabalhadores;

d) se desvinculou das Leis do Ventre Livre e do Sexagenário, atrelando-se aos interesses da oligarquia monocultora;

e) aproximou da monarquia importantes líderes como Benjamin Constant, José Bonifácio e Aristides da Silveira Lobo.

 **Respostas**

Exercício 01: O autor analisou a partir da alimentação e das atividades de sobrevivência, observando que apesar dos seus aparentemente "primitivos" costumes, se mostravam mais saudáveis e dispostos que os europeus.

 **Gabarito**

01) C 02) E 03) A 04) D 05) B 06) A
07) * 08) C 09) A 10) C 11) E 12) A
13) D 14) D 15) B 16) A 17) A 18) D
19) A 20) C 21) A 22) B

*07. 17 (01 e 16)

Sumário

História **8^E**

Brasil republicano..... 3

República Velha..... 3

República da Espada (1889-1894)..... 3

República Oligárquica (1894-1930)..... 4

Era Vargas (1930-1945)..... 6

Revolta Constitucionalista de 1932 6

Fim do Estado Novo..... 8

Período de 1946-1964..... 11

Presidente Eurico Gaspar Dutra
(1946-1951)..... 12

Presidente Getúlio Vargas (1951-1954)..... 12

Presidente Juscelino Kubitschek
(1955-1961)..... 13

Presidente Jânio da
Silva Quadros (1961)..... 14

Presidente João Goulart (Jango)
(1961-1964)..... 14

Regime militar (1964-1985) 15

Governo do general Castelo Branco
(1964-1967)..... 15

Governo do general Costa e Silva
(1967-1969)..... 15

Governo do general Médici
(1969-1974)..... 16

Governo do general Ernesto Geisel
(1974-1979)..... 16

Governo do general Figueiredo
(1979-1985) 16

Nova República (desde 1985)..... 17

Presidente José Sarney (1985-1989)..... 17

Presidente Fernando Collor
(1990-1992)..... 18

Presidente Itamar Franco (1992-1994) .. 18

Presidente Fernando Henrique Cardoso
(1995-2002)..... 19

Presidente Luiz Inácio
Lula da Silva (2002- 2010) 19

Brasil republicano



A história da República brasileira inicia em 1889 e segue até os dias atuais, passando por diferentes momentos:

- **Primeira República ou República Velha (1889-1930):** Dominada pelas elites brasileira, principalmente a aristocracia cafeeira.
- **Período Getulista ou Era Vargas (1930-1945):** Em que esteve no poder Getúlio Vargas, por 15 anos, após a chamada Revolução de 1930. De 1937 a 1945, Getúlio instituiu a Ditadura do Estado Novo.
- **Primeiro Período Democrático (1946-1964):** Em que pela primeira vez tivemos presidentes eleitos pelo voto direto e secreto.
- **Ditadura Militar (1964-1985):** Em que tivemos o governo exercido por generais.
- **Nova República (1985-até hoje):** Quando novamente voltou-se a prática do voto direto para a eleição de presidente.

República Velha

Subdivide-se em duas fases:

- **República "da Espada" ou "dos Marechais" (1889 a 1894)**

Caracterizou-se pelo governo de dois presidentes

militares, Marechal Deodoro da Fonseca e Marechal Floriano Peixoto.

- **República "Oligárquica" (1894 a 1930)**

Caracterizou-se pelo domínio das elites (oligarquia, governo de poucos) brasileira, especificamente de São Paulo com os produtores de café e de Minas Gerais, com os criadores de gado.

República da Espada (1889-1894)



Marechal Deodoro, proclamador da República

Após a Proclamação da República, Marechal Deodoro da Fonseca estabeleceu um **Governo Provisório**.

Como Ministro da Fazenda do novo governo, **Rui Barbosa** tentou promover uma rápida industrialização. Entre outras medidas, permitiu que bancos privados emitissem moeda (sem lastro) e oferecessem empréstimos aos futuros industriais. No entanto, o dinheiro foi mal-usado, sendo desviado para outros fins, como a especulação na Bolsa de Valores. As indústrias instaladas, de modo geral, não tiveram um bom desempenho e o grande volume de moeda circulante gerou uma alta inflação. Essa crise ficou conhecida como **Crise do Enchilhamento**, porque a euforia na Bolsa de Valores lembrava o momento das apostas nas corridas de cavalos.

Constituição de 1891

A primeira Constituição republicana foi promulgada em fevereiro de 1891 e trazia como principais leis:

- O nome oficial: **República dos Estados Unidos do Brasil**.
- Regime presidencialista, mas com grande autonomia para os Estados (federalismo).
- Previam-se a mudança da capital para o Planalto Central.
- Congresso Nacional bicameral, composto pela Câmara e pelo Senado.
- Foi instituído o ensino leigo, porém o ensino público e gratuito não foi garantido.
- Voto não secreto.

O autoritarismo de Deodoro acabou causando sérios problemas com o Congresso Nacional e, em agosto de 1891, os políticos começaram a discutir um projeto de lei para diminuir os poderes do presidente. Irritado, Deodoro dissolveu o Congresso e decretou estado de sítio, ocasionado como reação à sua decisão, a **Primeira Revolta da Armada**, liderada pelo Almirante Custódio de Melo, o qual ameaçou bombardear a capital.

Desgastado, Deodoro preferiu renunciar em novembro de 1891, passando a presidência para seu vice, Marechal Floriano Peixoto.

Segundo a Constituição, Floriano deveria convocar novas eleições, uma vez que o Deodoro havia renunciado antes de cumprir metade de seu mandato, mas Floriano ignorou essa determinação. A primeira reação foi um manifesto assinado por 13 generais, exigindo que Floriano cumprisse a lei. A resposta do chamado **Marechal de Ferro**, como Floriano ficou lembrado, foi a pronta demissão destes oficiais opositores.



Marechal Floriano Peixoto

HISTÓRIA DO BRASIL, vol. III, BRUNO EMBRECHES

Em seguida, veio a **Segunda Revolta da Armada**, liderada por Saldanha da Gama, que acabou reforçando o movimento revolucionário iniciado no sul sob a denominação de **Revolução Federalista**. A revolta deu-se entre o grupo dos **maragatos**, sob a chefia de Silveira Martins, grande opositor político de Júlio de Castilhos (governador do Rio Grande do Sul) e os **pica-paus**, grupo de apoio ao governador.

República Oligárquica (1894-1930)

Os primeiros anos da República, longe de trazer mudanças significativas, serviram para consolidar o poder econômico e político das elites brasileiras, principalmente dos cafeicultores paulistas, enquanto a maioria da população, tanto trabalhadores rurais quanto trabalhadores urbanos, continuavam re ligados a condições miseráveis de vida, sendo ora manipuladores ora violentamente reprimidos pela aristocracia rural.

Durante a República Velha a economia brasileira era fundamentalmente agrícola, quase 70% da população trabalhava no campo. Nessa sociedade agrária os chamados **coronéis** detinham grande poder. Ser coronel no Brasil das primeiras décadas republicanas significava ser fazendeiro dono de grandes terras, com riqueza e poder político, por meio do **voto de cabresto** e do **curral eleitoral**. A legislação eleitoral colocada pela Constituição de 1891, favorecia o predomínio político das oligarquias rurais, que facilmente corrompiam todo o processo eleitoral e garantiam a permanência de seus representantes nos cargos de governo da República. As populações rurais eram obrigadas a votar nos candidatos por eles escolhidos. Quem se negasse ficava sujeito à violência dos jagunços ou capangas do coronel.

Esse tipo de situação favorecia o acordo entre o Governo Federal e os governadores dos Estados. Em troca do apoio dado pelos representantes do Estado ao presidente, tais representantes e seus Estados recebiam "favores especiais", era a chamada Política dos Governadores.

Dois elites destacaram-se nesse processo, as oligarquias rurais dos estados de São Paulo (cafeiculturas) e Minas Gerais (produtores de leite), que dominaram por meio de sua riqueza o poder político ao longo de toda a República Velha, alternando-se no governo, naquela que ficou conhecida como a política do café com leite.

Presidentes da República Oligárquica

Nome do presidente	Período de governo
Prudente de Moraes (1894-1898)	Foi durante seu governo que ocorreu o movimento messiânico liderado por Antônio Conselheiro , denominado Guerra de Canudos .

Nome do presidente	Período de governo
Campos Sales (1898-1902)	Durante seu governo foi resolvida a Questão do Amapá , confirmando a fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa.
Rodrigues Alves (1902-1906)	Durante seu governo ocorreu a Revolta da Vacina , ocasionada pela obrigatoriedade da vacinação contra a varíola, determinada pelo sanitarista Oswaldo Cruz.
Afonso Pena (1906-1909)	Firmou um acordo para que o Governo Federal comprasse os excedentes de produção dos cafeicultores paulistas, a fim de garantir lucros dos produtores.
Nilo Peçanha (1909-1910)	Criou o Serviço de Proteção ao Índio por sugestão do Marechal Cândido Rondon .
Hermes da Fonseca (1910-1914)	Durante seu governo estourou a Revolta da Chibata , liderada pelo marinheiro João Cândido contra os maus-tratos e os castigos físicos na marinha.
Venceslau Brás (1914-1918)	O acontecimento mais marcante foi a conclusão da Questão do Contestado , que caracterizou-se por outro movimento messiânico que envolveu as populações rurais miseráveis da região entre Santa Catarina e Paraná. Neste período também foi aprovada a Lei Adolfo Gordo , que previa o banimento de imigrantes envolvidos em manifestações e greves de trabalhadores.
Rodrigues Alves (1918)	Morreu de gripe espanhola logo após ser eleito.
Delfim Moreira (1918-1919)	Vice de Rodrigues Alves, governou até serem feitas novas eleições.
Epitácio Pessoa (1919-1922)	O fato mais importante de seu governo foi o início do movimento tenentista , protagonizado por jovens oficiais do Exército, que visavam a moralização da política nacional, enfrentando as oligarquias dominantes, inclusive com revoltas armadas. Sua primeira manifestação foi a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana , em julho de 1922, contra a eleição fraudulenta de Artur Bernardes. Também em 1922, ocorre a Semana de Arte Moderna liderada por Oswald e Mário de Andrade .
Artur Bernardes (1922-1926)	Durante seu governo ocorreu uma nova revolta tenentista liderada pelo capitão Luis Carlos Prestes , que percorreu mais de 25 mil quilômetros pelo interior do Brasil, com cerca de 1.500 homens, conhecida como Coluna Prestes .
Washington Luís (1926-1930)	Durante seu governo ocorreu a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque que levou a desestruturação da República Velha.

Durante a Primeira República tornou-se necessária a construção de uma identidade nacional que formassem cidadãos republicanos voltados ao amor à pátria e a seus ícones: heróis, bandeira e hino. Propondo o civismo, a fim de estimular as “virtudes” necessárias ao “bom cidadão”, ciente de seus direitos e deveres, “adequadamente” informado a respeito do passado brasileiro.

Como afirma o historiador José Murilo de Carvalho, “*todo o regime político busca criar seu panteão cívico e salientar figuras que sirvam de imagem e modelo para os membros da comunidade*”, encontrando personagens de consenso que pudessem ser identificados como representantes de nosso passado histórico, como foi o caso de Tiradentes, elevado à posição de

herói glorificado na República, exemplo de patriotismo e sacrifício.

A corrente de pensamento **positivista**, que falava sobre uma “idade de ouro” em que os seres humanos se realizariam plena e totalmente, dentro de um pensamento evolucionista, de acordo com a visão de Augusto Comte, foi a que mais se envolveu na formação dos mitos, heróis e alegorias que constituíram a forma de tornar a República um regime não só aceito como também amado pela população.

Com este objetivo, foi instituído nas escolas, a partir de 1912, a instrução Moral e Cívica que tinha por função a formação do pretendido *bom cidadão*, de maneira a homogeneizar e a unificar as ações humanas na constituição de uma cultura e identidade nacionais.

Foi no contexto do final do século XIX que foram construídos alguns mitos da História brasileira, presentes até hoje no ensino, como os bandeirantes Raposo Tavares e Borba Gato, militares como Duque de Caxias e mártires como Tiradentes. Índios e negros foram excluídos desse processo por não serem portadores da noção de civilização, em que só se encaixava o branco.

Desestruturação da República Velha

Em 1929, o mundo foi abalado por uma crise do capitalismo que atingiu também ao Brasil, pois deixou de vender milhões de sacas de café. O enfraquecimento causado à oligarquia cafeeira contribuiu para desestruturar a organização do poder da República Velha.

Além dos problemas econômicos, houve a ruptura do acordo entre Minas Gerais e São Paulo, o que levou ao rompimento do acordo do café com leite. A oposição às oligarquias tradicionais aproveitou o momento para conquistar espaço político e formar alianças.

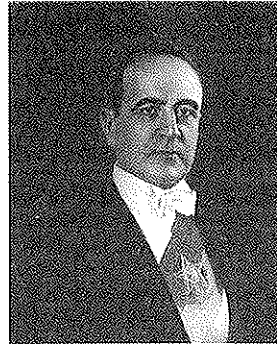
Nesse clima nasceu a **Aliança Liberal**, unindo lideranças políticas do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba. Essa aliança lançou o nome do governador gaúcho **Getúlio Vargas** para presidente da República e do governador paraibano **João Pessoa** para vice em oposição ao candidato paulista **Júlio Prestes**.

Revolução de 1930

Apurados os votos da eleição presidencial de 1930, Júlio Prestes saiu vitorioso, derrotando a Getúlio Vargas. Os líderes gaúchos, mineiros e paraibanos recusaram-se a aceitar o resultado, dizendo que a eleição não passava de uma fraude. Porém, a revolta ganhou força quando João Pessoa, governador paraibano, foi assassinado. A luta armada estourou inicialmente no Rio Grande do Sul, espalhando-se por Minas Gerais, Paraíba e Pernambuco. Então, em 24 de outubro de 1930, o presidente **Washington Luís** foi deposto, semanas antes de dar posse a Júlio Prestes.

Era Vargas (1930-1945)

A Revolução de 1930 deu início a uma nova etapa da nossa história, que foi marcada pela liderança política de Getúlio Vargas. O Brasil deixou de ser um país de fazendeiros para se tornar industrializado. Durante esses anos o país sofreu grandes transformações, a sociedade urbana se desenvolveu, a indústria ampliou seu espaço na economia nacional, e a classe média e o operariado cresceram, conquistando maior espaço na vida política do país.



Getúlio Vargas

O longo período de governo getulista costuma ser dividido em três fases:

- **Governo provisório** (1930-1934)
- **Governo constitucional** (1934-1937)
- **Governo ditatorial** (1937-1945)

Governo provisório

Getúlio Vargas assumiu a presidência em caráter provisório com o apoio popular, até que fossem convocadas eleições para a escolha de novos governantes.

Foi um governo de implantação de diversas reformas, respondendo à crise econômica mundial, além de tentar conciliar as diferentes expectativas dos diversos grupos sociais que apoiaram a Revolução.

A Constituição anterior foi suspensa e Vargas governou por decretos. Como principais realizações, temos:

- Criação de novos ministérios: Educação e Saúde; Trabalho, Indústria e Comércio.
- Primeiros direitos trabalhistas e previdenciários: jornada de trabalho de oito horas por dia, férias remuneradas, indenização por demissão sem justa causa, proteção do trabalho de mulheres e menores, salário mínimo, etc. Por outro lado, o governo também começou a exercer um controle muito grande sobre os trabalhadores. Os sindicatos deveriam ser aprovados pelo Ministério do Trabalho e obedecer às regras determinadas pelo governo para um efetivo controle do movimento operário. Com o objetivo de identificação e controle dos trabalhadores foi instituída, em 1932, a **carteira profissional**.
- Foi instituído também o voto secreto e o direito de voto feminino, além da criação da Justiça Eleitoral.
- No campo econômico, Vargas começou a dar incentivos à industrialização.

Revolta Constitucionalista de 1932

As velhas oligarquias paulistas conseguiram congregar em torno de seu ideal de derrubar o governo

Vargas uma grande parte da população do estado de São Paulo.

Numa das manifestações contra Getúlio, quatro estudantes acabaram mortos e as iniciais de seus nomes tornaram-se símbolos da luta paulista, **MMDC** (Miragaia, Martins, Dráusio e Camargo).

A revolta expandiu em 9 de julho de 1932. O Governo Federal não teve grandes dificuldades em isolar o estado de São Paulo e vencer os revoltosos, para depois travar negociações com as elites paulistas e trazê-las para o seu lado.

Governo Constitucional

Uma nova Constituição foi promulgada em 16 de julho de 1934, e por intermédio dela Getúlio foi eleito indiretamente para a presidência até 1938.

Na elaboração da Constituição foram muitos os representantes da classe média e dos trabalhadores. Pela primeira vez, foi colocado um capítulo sobre a educação e cultura, instituindo o ensino primário gratuito e obrigatório, tendo sido uma Constituição bem mais preocupada com os problemas sociais.

Foi um período em que Vargas manipulou com maestria o jogo de interesses de classes antagônicas, reforçando seu poder tanto diante das elites que o apoiavam, quanto da classe trabalhadora.

A nova Constituição permitiu o surgimento de dois grupos políticos rivais:

- **AIB – Ação Integralista Brasileira:** chefiada por Plínio Salgado, tendo seu programa e comportamento políticos orientados pela ideologia nazifascista, pregava a ideia de um Estado forte, unitário, ditatorial. O integralismo era extremamente nacionalista e pregava o unipartidarismo. Seus integrantes eram chamados de camisetas verdes. Submetiam-se a uma rígida disciplina e desfilavam pelas ruas como uma tropa militar, gritando sua saudação Anauê. Seu lema era **Deus, Pátria e Família**.

- **ANL – Aliança Nacional Libertadora:** reunia todas as tendências de pensamento socialista, entre elas o **Partido Comunista Brasileiro (PCB)**, fundado em 1922 sob a liderança de Luís Carlos Prestes. Seus participantes eram chamados de *vermelhos*. Dentro da política, eram chamados de força de esquerda. Seu programa previa a formação de um governo popular, democrático, com proteção a pequenos e médios proprietários, reforma agrária, nacionalização de empresas estrangeiras e cancelamento da dívida externa.

Em 1935, Getúlio Vargas mandou fechar a ANL, o que provocou a reação conhecida como **Intentona Comunista**. Os comunistas iniciaram um levante em Natal, no Recife e no Rio de Janeiro. O movimento estava desorganizado e logo fracassou, para grande satisfação do Governo Federal, o qual soube aproveitar bem o fato político para começar a endurecer o regime e preparar o golpe que levaria à ditadura de Vargas.

Luís Carlos Prestes e Olga Benário (esposa de Prestes) foram presos. Ele foi torturado e mantido na prisão até 1944; e ela foi enviada para a Alemanha, entregue à Gestapo (policia nazista), acusada de ser comunista e judia, acabou morrendo num campo de concentração.

Aproximava-se o final do ano de 1937, quando Getúlio Vargas e generais do exército prepararam um falso plano para tomar o poder. Chamaram-no **Plano Cohen** e apresentaram-no à sociedade por meio da imprensa escrita e do rádio, como sendo um plano dos comunistas que havia sido apreendido por agentes do governo.

Tal notícia deixou a sociedade amedrontada e facilitou o Golpe de Estado para Vargas. O Congresso Nacional decretou **Estado de Guerra**, concedendo-lhe excepcionais poderes e, em 10 de novembro de 1937, o presidente fez um discurso em rede nacional, comunicando à nação do nascer de uma nova era. Os militares fecharam o Congresso e a Ditadura do Estado Novo foi instaurada.

Governo ditatorial – a ditadura do Estado Novo

Inspirado nos regimes totalitários europeus, Getúlio Vargas foi um ditador astuto, mesmo utilizando de violenta repressão contra qualquer um que ameaçasse seu poder. Garantiu o apoio político das massas de trabalhadores, inaugurando no Brasil o fenômeno do **populismo**.

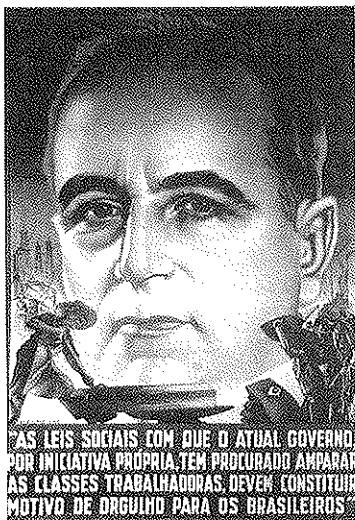
De forma geral, a maioria dos estudiosos concorda que o **populismo** se define por uma política do Estado que busca satisfazer as necessidades mais imediatas das camadas populares sem alterar a estrutura do poder dominante. O Estado aparecia às massas na figura de um líder carismático e paternalista, capaz de seduzir, empolgar, angariar admiração exagerada e fidelidade cega. Por estas características, chefes populistas como Getúlio foram acusados por seus opositores de serem políticos oportunistas, o que por certo jamais esteve longe da verdade.

Como líder populista, Vargas também representava os interesses das oligarquias, o que o obrigava a equilibrar-se numa estreita linha de compromissos e concili-

liações entre interesses diferentes e contraditórios. Pois, se as massas não haviam demonstrado vocação para o poder, também foi a incapacidade de autorrepresentação dos grupos dominantes e sua divisão que possibilitou a instauração de um regime político centrado no poder pessoal do presidente. Dentro deste Estado de compromisso, Vargas assumiu a posição de árbitro, o que acabou por tornar-se uma das raízes de sua força pessoal e da fusão de sua imagem com a do próprio Estado, o que geraria os componentes fundamentais de seu populismo, "a personalização do poder e a formação de uma imagem, meio real e meio mítica da soberania do Estado sobre o conjunto da sociedade".

A Constituição de 1937, outorgada por Vargas, dava legalidade ao Estado Novo e recebeu o apelido de **A Polaca**, por imitar a Constituição Polonesa. Em seus principais artigos estava:

- Unitarismo e suspensão da autonomia dos Estados.
- Instituiu-se a prisão perpétua e até a pena de morte.
- Foi estabelecida uma rígida censura sobre os meios de comunicação.
- Criação do **DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda)**, para dirigir a censura e fazer a propaganda ufanista do Estado Novo. O DIP tratou de promover um verdadeiro culto à personalidade de Vargas, músicos e artistas populares foram contratados pela Rádio Nacional para criar e divulgar músicas que desenvolvessem o nacionalismo no povo e o louvor a Getúlio.



Cartaz de propaganda do governo Vargas feito pelo DIP

Na economia, o Estado passou a intervir como mediador dos conflitos entre capital e trabalho, por isso

a criação da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). Os sindicatos eram permitidos, mas as greves estavam proibidas. O governo criou a **contribuição sindical**, tornando-se um patrocinador do sindicalismo "pelego".

Em outra frente, o governo agiu como "**patrono**" da industrialização, criando várias empresas e órgãos estatais para viabilizar o desenvolvimento da indústria nacional.

O grande símbolo dessa fase foi a construção da **CSN**, Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda (RJ). Mas merecem destaque outros empreendimentos, como:

- CNP – Conselho Nacional do Petróleo.
- Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial.
- Institutos: do Açúcar, do Alcool, do Mate e do Pinho.
- Companhia Vale do Rio Doce, mineradora.
- Fábrica Nacional de Motores.

Embora tenha buscado recursos no exterior, Vargas tratou de restringir as liberdades das multinacionais no Brasil.

Na política externa, o Estado Novo também soube tirar proveito do conflito iniciado na Europa, em 1939, a Segunda Guerra Mundial. Durante algum tempo, Vargas demonstrou simpatia especial pela ditadura nazista, porém, o próprio presidente norte-americano Franklin Roosevelt veio negociar uma aliança com o governo brasileiro. Em troca de capital e tecnologia para a construção da Siderúrgica de Volta Redonda, o Brasil deveria declarar guerra ao **Eixo** (Alemanha, Itália e Japão) e permitir a instalação de bases militares americanas em território nacional, o que ocorreu com a base de Parnamirim, em Natal.

Fim do Estado Novo

O ano de 1943 marcou o início do declínio da ditadura do Estado Novo, cresceram por todo o país as manifestações pela redemocratização. Em Minas Gerais foi publicado o **Manifesto dos Mineiros**, assinado por inúmeros nomes de políticos e intelectuais.

As vitórias dos aliados contra as Potências do Eixo eram festivamente comemoradas. Louvavam-se os regimes democráticos e criticavam-se os regimes totalitários da Europa. A situação no Brasil, portanto, era contraditória, já que se vivia num regime totalitário e se lutava contra eles na Europa. Nas solenidades públicas, Vargas tentava tranquilizar a população reafirmando seu compromisso de restabelecer a democracia no país. Porém, diante das pressões, Getúlio convocou eleições

para dezembro de 1945, concedeu **anistia** (perdão) aos presos políticos, entre eles **Luiz Carlos Prestes**, e deu liberdade para a reorganização de partidos políticos. Surgiram então:

- O **PTB** (Partido Trabalhista Brasileiro), favorável a Vargas, que congregava os sindicatos “pelegos”. Seguiu uma ideologia mais nacionalista.
- O **PCB** (Partido Comunista Brasileiro de Prestes); menos radical que no início dos anos 30, buscava apoiar qualquer grupo que tivesse como princípio evitar o fascismo e o imperialismo capitalista norte-americano ou europeu.
- O **PSD** (Partido Social Democrático), de oligarquias estaduais e banqueiros.
- A **UND** (União Democrática Nacional), grupo bastante conservador e ligado aos interesses do capital estrangeiro.

Em meio à campanha eleitoral, surgiu o **Queremismo**, um movimento de massas, efetivamente popular, cujo *slogan* era **Queremos Getúlio**, apoiado também pelos comunistas propunham: **Constituinte com Getúlio**. Os comícios reuniam milhares de pessoas e se tornaram constantes em todo o país. O fato alarmou os demais partidos, que viram enfraquecer a possibilidade de eleição de seus candidatos à presidência, o que fez iniciarem-se as conspirações para a derrubada de Vargas.

As elites mais conservadoras, que haviam se beneficiado da ditadura varguista, agora sentiam-se seguras e prontas para ser seus representantes mais fiéis no poder, por esse motivo, contaram com o apoio de militares para depor Getúlio Vargas antes do pleito eleitoral. Assim, em 29 de outubro de 1945, terminou o Estado Novo.

Participação brasileira na Segunda Guerra

Após o afundamento de cinco navios mercantes brasileiros por submarinos alemães, Getúlio Vargas, atendendo aos “clamores do povo”, declarou guerra ao Eixo e resolveu enviar tropas para lutarem na Europa.

Formou-se a FEB (Força Expedicionária Brasileira), comandada pelo general João Batista Mascarenhas de Moraes. Nosso contingente de soldados desembarcou na Itália em julho de 1944, composto por 25 267 homens e 67 mulheres (enfermeiras).

A FEB foi vitoriosa principalmente na conquista de Monte Castelo e Montese. Em torno de 500 dos nossos **pracinhas**, como ficaram carinhosamente conhecidos pelo povo brasileiro, tombaram nos campos de batalha

da Europa. Os que retornaram foram devidamente recebidos como heróis.

O retorno dos expedicionários ao Brasil culminou com a intensificação da oposição à ditadura do Estado Novo e terminou com a deposição de Getúlio Vargas.



Exercício

01. Com o final do império os brasileiros deixaram de ser súditos para tornarem-se cidadãos de República. Neste sentido, por quais preocupações passou a formação do cidadão brasileiro?



Testes

01. (FUVEST-SP) A política do café, durante a Primeira República:

- a)** chegou ao auge do protecionismo com o Convênio de Taubaté, passando depois a reger-se pelas leis do mercado;
- b)** procurou atender aos interesses dos cafeicultores através de constantes medidas de proteção ao produto;
- c)** pode ser equiparada à de outras produções agrícolas, todas amparadas por Planos de Defesa;
- d)** atendeu exclusivamente aos interesses dos grandes grupos internacionais, através dos Planos de Defesa;
- e)** foi dirigida pelo governo do estado de São Paulo, enquanto o poder federal mantinha uma atitude distante e neutra.

02. (UFS) “...o chefe político lhes dava roupa, cachacha e uma papeleta de voto...”

Ao texto, pode-se associar, na evolução política brasileira, o:

- a)** mercantilismo e a colônia;
- b)** encilhamento e o império;
- c)** centralismo e a regência;
- d)** coronelismo e a República Velha;
- e)** caudilhismo e a República Nova.

03. (UNIFENAS/Adaptada) Republicanos civis e militares unem-se para derrubar a Monarquia, que cai em 1889. A República que então se instala:

I. assiste com o Marechal Deodoro, seu primeiro presidente, a práticas autoritárias de governo, entre as quais a dissolução do Congresso.

II. foi marcada pela intensa atuação dos cafeicultores.

III. permite a continuidade dessa união apesar das profundas diferenças entre civis e militares.

IV. nasceu Velha, pois a economia era sobretudo agrícola, continuando as populações rurais na dependência das oligarquias.

V. passou, com a eleição de Prudente de Morais, em 1894, a ser controlada pelos mineiros, controle que se prolonga até 1930.

São incorretas as afirmativas:

- a) I, III e IV.
- b) I e II.
- c) I e IV.
- d) III e V.
- e) II, III e IV.

04. (UFSC) Desenvolveu-se, no Brasil, em determinado período, uma prática política que ficou conhecida como a República do café com leite. Isso significa que:

01) os líderes políticos eram sempre escolhidos entre os fazendeiros paulistas.

02) a política do café com leite foi criada em oposição à do feijão com arroz, organizada pelos trabalhadores.

04) a presidência da República era ocupada ora por políticos de São Paulo ora por políticos de Minas Gerais.

08) as elites rurais dominavam o país.

16) os barões do café, na sua maioria, além de agricultores, tornaram-se industriais.

05. (UEM-PR) A implantação da República no Brasil se fez acompanhar de uma série de problemas que dificultou a consolidação do novo regime. Entre os acontecimentos que caracterizavam a chamada República Velha, podemos citar:

01) a facilidade de créditos que levou a uma desenfreada especulação sobre os papéis e as ações das novas empresas. Essa especulação foi apelidada de "encilhamento".

02) a promulgação de uma Constituição liberal e democrática, baseada na Carta dos Estados Unidos, cujos principais pontos eram o feudalismo, o presi-

dencialismo e o regime representativo.

04) a Consolidação das Leis de Trabalho, que reuniu toda a legislação social e trabalhista, e que, até hoje, regulamenta as relações entre patrões e empregados no país.

08) o *funding-loan*, acordo assinado com os banqueiros Rothschild, na Inglaterra, estabelecendo que todas as dívidas com os banqueiros ingleses seriam pagas após treze anos, a contar da data do acordo.

16) o manifesto dos mineiros, que defendiam reformas jurídicas e institucionais de caráter liberal-conservador e do interesse das oligarquias de oposição.

32) a fundação do Partido Comunista no Brasil por um grupo de intelectuais e operários, os quais se orientaram, em parte, pelo programa da III Internacional Comunista.

06. (UNIFENAS) O objetivo da Coluna Prestes, que na década de 1920 percorreu milhares de quilômetros pelo Brasil, era:

- a) apoiar a campanha civilista;
- b) combater o sistema oligárquico vigente;
- c) defender a ordem no governo Artur Bernardes;
- d) promover a constitucionalização do país;
- e) reagir contra a ditadura quase declarada do governo Artur Bernardes.

07. (UFS) Renovar o estagnado ambiente artístico e cultural de São Paulo e do país e descobrir o Brasil, repensando-o de modo a desvinculá-lo, esteticamente, das amarras que o prendiam à Europa, foram objetivos:

- a) da Semana de Arte Moderna de 1922;
- b) dos manifestos do Cinema Novo de 1946;
- c) das chanchadas da Atlântida de 1950;
- d) do movimento da Jovem Guarda de 1960;
- e) do movimento Tropicalista de 1968.

08. (UTFPR/Adaptada) A Revolução de 1930 marcou o fim da República Velha e foi caracterizada pela:

- a) disputa do poder entre o Partido Paulista, os barões do café e o Partido Democrático, da burguesia industrial;
- b) oposição entre as oligarquias dominantes, resultante, principalmente, do rompimento da política do café com leite;
- c) fracassada política econômica conhecida como encilhamento, adotada no governo de Washington Luís para combater a inflação;

- d) necessidade de reorganização administrativa, para garantir o princípio federalista;
- e) infiltração, no país, de ideias totalitárias, o que levou Washington Luís à pretensão de continuar no poder, através de um golpe de Estado.

09. (UFSM-RS) É correto afirmar que a Revolução Constitucionalista de São Paulo, em 1932, representou:

- a) uma reação popular contra o sistema parlamentarista implantado pela reforma constitucional do período;
- b) a mobilização das Forças Armadas Federais naquele Estado contra a política trabalhista de Vargas;
- c) uma reação da oligarquia paulista na conjuntura do governo provisório implantado em 1930;
- d) a última articulação político-militar do tenentismo contra a tendência descentralizadora do governo;
- e) uma tentativa da burguesia industrial paulista para suprimir as cláusulas sociais da Constituição vigente.

10. (FGV) Acerca da política trabalhista de Vargas, é incorreto afirmar que:

- a) as medidas referentes às relações capital-trabalho, tomadas durante a Era Vargas foram, em grande parte, inspiradas na *Carta del Lavouro*, do regime fascista de Mussolini;
- b) se consubstanciaram no período algumas conquistas históricas dos trabalhadores, tais como salário mínimo, jornada de oito horas de trabalho, férias e descanso semanal remunerados e indenização por demissão sem justa causa;
- c) foi criado o imposto sindical, instrumento básico de financiamento do sindicato, correspondente a um dia de trabalho e paga por todo empregado, sindicalizado ou não;
- d) os sindicatos tornaram-se completamente independentes do Estado, a partir do decreto-lei que estabeleceu as linhas gerais dessa independência;
- e) para decidir questões envolvendo conflitos trabalhistas, foi organizada a Justiça do Trabalho.

11. (FAE-PR/Adaptada) A AIB (Ação Integralista Brasileira) foi uma organização que participou ativamente da vida política brasileira durante a década de 1930, através de Plínio Salgado e seus seguidores. Assinale a alternativa que contém preceitos dessa corrente política, também conhecida pelo nome de integralismo.

- a) Ampla representação política da sociedade através do fortalecimento dos partidos políticos.
- b) Implantação de um regime no qual o exército deveria exercer todo poder político.
- c) Supressão de todos os partidos políticos e fortalecimento do Estado, além da adoção de um discurso marcadamente nacionalista.
- d) Adoção de um regime político marcado pela constante participação do povo na vida política do país, através de plebiscitos e eleições.
- e) Luta anti-imperialista; proteção ao pequeno produtor, constituição de um governo popular.

12. (FUVEST) A política internacional do regime Vargas, entre 1930-1945, pode ser definida como de:

- a) tentativa de formação de um pacto de aliança com os demais países da América Latina, visando garantir a neutralidade na região;
- b) apoio à Alemanha pelas afinidades do regime com o nazifascismo;
- c) aproximação com os Estados Unidos, porque este país era a potência hegemônica nas Américas;
- d) desinteresse pelas relações internacionais, pois o Brasil buscava afirmar o processo de industrialização, voltado para o mercado interno;
- e) oscilação entre a Alemanha e as nações democráticas até optar pelas últimas.

Período de 1946-1964

Seguindo o exemplo da Era Vargas, os governos do período de 1946 a 1964 procuraram aplicar a mesma estratégia de manipulação política das massas com atitudes paternalistas, mas sem descuidar de limitar os movimentos populares, a fim de garantir a ordem pública que interessava às elites e ganhar o apoio político das camadas trabalhadoras para desenvolver o projeto econômico, que continuaria a concentrar renda nas mãos de uma minoria.

Em 1946, foi feita uma nova Constituição após o final da Ditadura do Estado Novo. Apesar do conservadorismo da maioria dos constituintes, essa foi considerada a Constituição mais democrática do país, somente superada pela de 1988. Entre os pontos que merecem destaque na Constituição de 1946, podemos citar:

- Eleições diretas para presidente e mandato presidencial de 5 anos.
- Número de deputados proporcional à população de cada Estado; senadores, três por estado.
- Previa a formação de CPIs – Comissões Parlamentares de Inquérito.

- As greves precisavam ter autorização da Justiça do Trabalho, portanto, bastante restritas.

Presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951)

Havia sido ministro da Guerra de Getúlio Vargas e foi eleito em dezembro de 1945. Seu governo coincidiu com o início da Guerra Fria, que caracterizou-se pela disputa político-ideológica entre as superpotências: Estados Unidos e União Soviética, que levou a maioria dos países do mundo a “alinham-se” a favor de um ou outro, formando blocos rivais: **capitalistas** e **comunistas**.

O Brasil alinhou-se aos Estados Unidos e como reflexo imediato houve o rompimento de relações com a União Soviética e a proibição do funcionamento do PCB, que novamente entrou na ilegalidade.

O alinhamento ideológico também significou maior subordinação econômica e política dos Estados Unidos. Em 1947, o Brasil aderiu ao **TIAR** (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca), o que significa adotar a doutrina norte-americana de segurança. Para tanto, foi criada a Escola Superior de Guerra, para dar um melhor preparo aos oficiais superiores das Forças Armadas. Ensinava-se a importância da segurança e da ordem para o desenvolvimento, com uma forte pregação anticomunista.

Durante seu governo, Dutra lançou o **Plano SALTE** (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia) com o objetivo de estabilizar a economia e combater a inflação. A balança comercial brasileira ficara deficitária, devido ao excesso de importações de artigos de consumo para as classes alta e média. O plano SALTE fracassou, com pouquíssimos resultados positivos, além da pavimentação da rodovia Rio-São Paulo, atual via Dutra.

Uma das principais características do governo Dutra foi o abandono do nacionalismo da Era Vargas. Dutra abriu o país aos interesses das empresas estrangeiras, principalmente norte-americanas.

Presidente Getúlio Vargas (1951-1954)

Nas eleições de 1950, Getúlio Vargas concorreu à presidência pelo partido trabalhista brasileiro (PTB) e derrotou facilmente seus adversários. Dois fatores determinaram seu retorno triunfante ao poder:

- a **propaganda** que o enfocava como o presidente que mais tinha feito em benefício aos trabalhadores. O povo o admirava e o considerava realmente o **pai dos pobres**;

- suas posições claramente **nacionalistas**, em favor das empresas brasileiras e contra as estrangeiras.

Neste novo período de governo, Vargas enfrentou desde o início graves problemas políticos. Recebia apoio dos trabalhadores urbanos, de sindicatos, de políticos do PTB, interessados numa política econômica mais nacionalista, porém, teve que ceder ministérios ao PSD e UDN, partidos bastante comprometidos com as elites financeiras e exportadora. Tornando a disputa de poder ainda mais desfavorável, importantes setores das forças armadas eram influenciados pelos interesses norte-americanos.

Entre as grandes polêmicas geradas pela política populista de Vargas, estavam:

- a criação da PETROBRAS, atendendo às manifestações nacionais apresentadas pela campanha **O Petróleo é Nosso**. A nova empresa estatal ficou com o monopólio da extração e refino do petróleo, contrariando imensamente aos interesses das grandes empresas petrolíferas internacionais;
- a **Lei de Lucros Extraordinários**, que limitava a remessa ao exterior dos lucros obtidos por empresas estrangeiras. Entretanto, a lei foi barrada no Congresso;
- em 1954, Getúlio decretou um aumento de 100% para o salário mínimo, conforme proposta do ministro do Trabalho, João Goulart, porém provocou graves protestos por parte dos empresários;
- além dessas medidas mais polêmicas, Vargas criou o **BNDE** (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) e a Eletrobrás (estatal do setor de energia elétrica).

Em meio à onda crescente de críticas de seus opositores, Vargas teve que enfrentar o episódio do **Atentado da rua Toneleros** contra a vida do jornalista **Carlos Lacerda**, importante líder da UDN, que fazia férrea oposição ao presidente, e que resultou no trágico fim de seu governo.

O envolvimento de Gregório Fortunato, chefe da segurança presidencial, no planejamento do atentado, permitiu aos adversários de Vargas exigirem sua renúncia à presidência.

Sob pressão, inclusive das forças armadas, o presidente resolveu não renunciar, preferindo cometer suicídio em 24 de agosto de 1954.

O suicídio de Vargas causou uma grande comoção nacional e atrapalhou os planos de seus opositores, que acabaram herdando a antipatia das massas traba-

lhadoras. Por outro lado, seus aliados desfrutaram de prestígio político, cultuando seu nome e sua memória.

Com a morte de Vargas, a presidência passou às mãos do vice-presidente **Café Filho**, que logo se afastou por problemas de saúde. Em seguida, o poder foi entregue ao presidente da Câmara, o deputado **Carlos Luz**, que iniciou uma tentativa de golpe para manter-se no cargo, mas acabou deposto. A partir desse momento, o governo foi chefiado pelo presidente do senado, **Nereu Ramos**, que antecipou as eleições presidenciais.



Cartaz anunciando a morte de Getúlio Vargas

Curiosidades

Carta-testamento de Vargas – 1954

Mais uma vez as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se novamente e se desencadearam sobre mim. Não me acusam: insultam-se; não me combatem: caluniam-me. Não me dão o direito de defesa: precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação para que não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é imposto. (...)

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo para defender o povo, que agora fica desamparado.

Nada mais vos posso dar, a não ser o meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o sangue do povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. (...)

Eu vos dei a minha vida, agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente, dou o primeiro passo a caminho da eternidade. E saio da vida para entrar na história.

Assinado: Getúlio Vargas

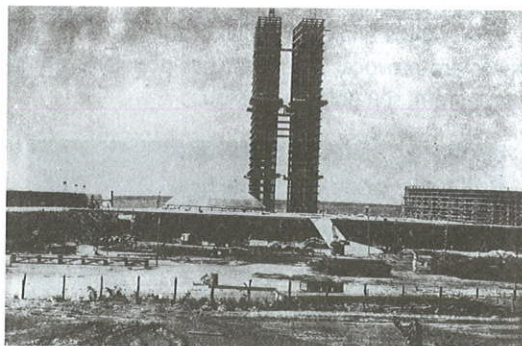
Disponível em: <<http://www.culturabrasil.pro.br/cartatestamento.htm>>
Acesso em: 26 ago. 2010.

Presidente Juscelino Kubitschek (1955-1961)

O vencedor do pleito eleitoral de 1955 foi Juscelino Kubitschek de Oliveira, tendo como vice João Goulart.

Os anos de governo de JK foram marcados pelo desenvolvimentismo, termo que melhor sintetiza o slogan da campanha eleitoral: **Cinquenta anos de progresso, em cinco de governo.**

Assim que chegou à presidência, JK colocou em prática seu **Plano de Metas**, cujo símbolo central foi a construção da nova capital federal, **Brasília** (inaugurada em abril de 1960), que projetada por Oscar Niemeyer e Lúcio Costa foi construída rapidamente, graças à intensa exploração da mão de obra de sertanejos que no Planalto Central passaram a ser chamados de **cangangos**.



Brasília em construção

Para demonstrar sua preocupação com as desigualdades regionais, JK criou a **SUDENE** (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). Porém, para conseguir atingir suas metas, Juscelino teve que recorrer ao capital estrangeiro. Foi nessa época que se instalaram no Brasil, a Ford, a General Motors, a Willys e a Volkswagen.

Embora não se possa negar o crescimento econômico obtido durante o governo JK, o custo de tal êxito foi bastante alto para grande parte da sociedade brasileira, pois as obras eram financiadas pelo capital estrangeiro, aumentando nossa dívida externa. Além disso, a maioria das novas indústrias era multinacional.

O progresso dos chamados “anos dourados” de JK elevou a inflação e gerou arrocho salarial, problemas que seriam herdados pelos seus sucessores, Jânio e Jango.

Presidente Jânio da Silva Quadros (1961)

Jânio era um conservador, dizia ser católico, anticomunista e a favor da propriedade, mas também tentou ganhar o apoio dos setores mais progressistas e de esquerda. Para combater a crise econômica deixada pelo governo anterior, buscou uma política externa independente, reatou relações diplomáticas com países comunistas, inclusive com a União Soviética. Também ficou contra a ação dos Estados Unidos para expulsar Cuba da OEA. E, para completar, condecorou o líder revolucionário de Cuba, **Ernesto “Che” Guevara**, com a ordem do Cruzeiro do Sul.

Naqueles tempos de Guerra Fria, tais medidas relativas às relações internacionais causaram sério abalo ao seu governo, levando-o a perder o apoio dos setores mais conservadores.

Inesperadamente, em 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros anunciou em rádio nacional sua decisão de renunciar o cargo, dizendo estar sob a ameaça de “forças ocultas terríveis”.

Para muitos analistas políticos, a intenção do presidente era provocar manifestações populares em seu favor, porém, seu golpe fracassou.



Jânio Quadros com a vassoura na mão fazendo referência ao seu slogan: **Varrer a Corrupção**

Presidente João Goulart (Jango) (1961-1964)

Com a renúncia de Jânio quem deveria assumir seria seu vice-presidente, porém, João Goulart era suspei-

to de tendência socialista, e para agravar a situação no momento estava em visita à China Comunista. Então os chefes militares resolveram não deixá-lo assumir, pretendendo prendê-lo logo que desembarcasse no país. No entanto, eles não haviam contado com uma forte reação em apoio a Jango, de modo especial no Rio Grande do Sul, onde o governador Leonel Brizola liderou a chamada **Campanha da Legalidade**, que defendia o cumprimento da constituição, com posse do vice.

Para evitar uma guerra civil, o Congresso Nacional votou um ato adicional à Constituição, estabelecendo o parlamentarismo no Brasil, com o qual daria condições a uma conciliação defendida principalmente pelo mineiro Tancredo Neves que tornaria possível a posse de Jango.

Em setembro de 1961, com poderes reduzidos, graças ao sistema parlamentarista, João Goulart assumiu a função de presidente do Brasil, tendo como seu primeiro-ministro o próprio Tancredo Neves.

O sistema parlamentarista foi pouco eficiente, até janeiro de 1963 mais dois nomes passaram pelo cargo de primeiro-ministro, Brochado da Rocha e Hermes Lima. Contando com a simpatia das camadas populares, Goulart conseguiu que o plebiscito de 1963 para a continuidade ou não do regime parlamentar fosse antecipado para janeiro de 1964.

Com ampla diferença de votos, o resultado do plebiscito foi o retorno ao presidencialismo. Sentindo que era o momento de animar o eleitorado com um discurso que fosse de encontro com as reivindicações das camadas pobres e das lideranças de esquerda, em 13 de março de 1964, Goulart realizou o comício da Central do Brasil (RJ), onde cerca de trezentos mil trabalhadores o ouviram anunciar as “reformas da base”, que incluíam reforma agrária, reforma urbana, reforma universitária e reforma tributária. As reformas tinham um cunho bastante nacionalista e contrariavam em grande parte os interesses das elites econômicas.

Os grupos conservadores reagiram rapidamente, como ficou claramente demonstrado na manifestação que recebeu o nome de **Marcha da Família com Deus pela Liberdade**, ocorrida em São Paulo, uma semana após o anúncio das reformas.

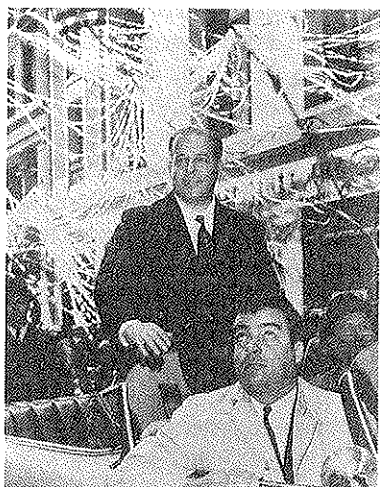
O medo de uma reforma agrária já pairava sobre as cabeças dos latifundiários, principalmente devido às ações das chamadas **Ligas Camponesas**, um movimento de agricultores sem terras.

Então, em 31 de março de 1964, os generais Luís Carlos Guedes e Olímpio Mourão Filho, sublevaram os

militares em Minas Gerais e iniciaram o golpe, marchando em direção ao Rio de Janeiro. Contavam com o apoio dos governadores Magalhães Pinto (MG); Ademar de Barros (SP) e Carlos Lacerda (Guanabara).

Praticamente não houve reação contra o golpe, o próprio presidente preferiu retirar-se para o Uruguai no dia 1.º de abril, deixando o país nas mãos dos generais.

De início, havia uma espécie de acordo entre militares e civis conservadores que apoiavam o golpe. O governo autoritário deveria durar dois anos, tempo suficiente para desestruturar qualquer organização de esquerda existente no país e combater duramente todo pensamento dito “subversivo”, ou seja, qualquer ideia que pudesse ser interpretada pelos golpistas como “ideia comunista”. Na verdade, o que se seguiu foram vinte anos de uma violenta e repressiva ditadura militar.



João Goulart (de pé) durante um desfile em Nova Iorque

Regime militar (1964-1985)

Tão logo Goulart deixou o poder, o controle do país passou para uma junta militar que lançou o **Ato Institucional n.º 1 (AI-1)** - com validade para seis meses), que dava ao executivo poderes para cassar mandatos parlamentares, suspender direitos políticos de cidadãos por dez anos e decretar o “estado de sítio” sem necessidade de autorização do Congresso Nacional. Determinava ainda que o país seria governado provisoriamente por um presidente a ser eleito pelo congresso nacional.

Imediatamente foram cassados os direitos políticos dos três últimos presidentes e de centenas de outros políticos considerados inimigos do regime.

Governo do general Castelo Branco (1964-1967)

Egresso da Escola Superior de Guerra, juntamente com o general Golbery de Couto e Silva, Castelo Branco foi autor da **Doutrina de Segurança Nacional**, um conjunto de teorias destinadas a combater as ideologias identificadas como comunistas, conforme pregava desde 1945 o governo dos Estados Unidos.

Castelo Branco dedicou-se à implantação do regime militar e a impor a ordem a qualquer preço, iniciando uma violenta repressão contra todos que considerou como opositores. Fechou diversos sindicatos e a União Nacional dos Estudantes (UNE). Além disso, rompeu relações com Cuba e reabriu o país aos interesses do capitalismo norte-americano.

Com o **AI-2**, Castelo Branco extinguiu todos os partidos, e criou dois novos: **ARENA** (Aliança Renovadora Nacional – partido de apoio ao governo) e **MDB** (Movimento Democrático Brasileiro – de oposição); também estabeleceu definitivamente eleições indiretas para presidente e vice. Depois, com o **AI-3**, decretou eleições indiretas para governadores de estados e nomeação dos prefeitos de capitais e municípios de fronteira internacional.

Alegando motivos de saúde, Castelo Branco afastou-se da presidência, a qual foi ocupada pelo general Costa e Silva.

Governo do general Costa e Silva (1967-1969)

Considerado um general “linha dura”, Costa e Silva tratou de ampliar a repressão política. Neste período, a oposição ao regime ganhou mais adeptos, destacando-se alguns ex-participantes do golpe, como Carlos Lacerda, que juntamente com Juscelino Kubitschek e Jango (no exílio), fundaram a **Frente Ampla** (movimento de oposição).

Os estudantes também protestaram com mais frequência e provocaram represálias policiais mais violentas. No Congresso, o deputado Márcio Moreira Alves chamou os quartéis de “covis de torturadores” e pediu o boicote popular ao desfile de 7 de setembro. Irritado, Costa e Silva decretou o **AI-5**, além de confirmar os aspectos autoritários editados nos atos anteriores, este permitia ao presidente fechar o Congresso, Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais por tempo indeterminado, e ainda abolia o *habeas corpus*. O AI-5, de 1968, foi o símbolo da radicalização da ditadura militar no Brasil. Durante os dez anos que vigorou (1968-

1978), a censura federal proibiu mais de 500 filmes, 400 peças de teatro, 200 livros e milhares de músicas. O SNI (Serviço Nacional de Informações) espalhou milhares de agentes e informantes por todo o Brasil, em escolas, fábricas, prédios de apartamentos para descobrir e denunciar qualquer suspeito de ser contra o regime.

No ano seguinte, Costa e Silva, doente, afastou-se do governo e foi substituído por uma junta militar. Em outubro de 1969, assumiu a presidência o general Emílio Garrastazu Médici.

Governo do general Médici (1969-1974)

Médici significou a face mais cruel da ditadura. Durante seu governo vários grupos armados passaram a atuar nas grandes cidades, era a chamada **guerrilha urbana**. Muitas organizações decidiram partir para a prática de ações armadas. Seus líderes eram políticos cassados, como o ex-deputado Carlos Marighela, e ex-militares como o capitão Carlos Lamarca. Os participantes dessas ações eram, em sua minoria, estudantes e operários. Dois tipos de ações foram mais frequentes, assaltos a bancos para conseguir dinheiro para a luta armada contra o governo, e sequestros de diplomatas estrangeiros para trocá-los por presos políticos. Médici fez crescer a repressão e estabeleceu uma forte censura à imprensa.

Durante o período de seu governo ocorreu o chamado “milagre brasileiro”, e a economia do país cresceu e foi a época das grandes obras faraônicas, entre elas a **Transamazônica**. Nessa mesma época o Brasil sagrou-se tricampeão mundial de futebol no México (1970). Tudo isso era usado pelo governo militar como propaganda a seu favor, até foi criado um *slogan* que dizia **Brasil, ame-o ou deixe-o**, no entanto, os salários estavam cada vez mais baixos, a mortalidade infantil aumentou e cresceu a miséria da população. A fórmula do crescimento econômico previa, segundo o ex-ministro Delfim Netto, “primeiro fazer o bolo crescer para depois dividi-lo”, o que, porém, jamais aconteceu.

O “milagre brasileiro” também trouxe um volumoso aumento da dívida externa, já que o financiamento da industrialização foi feito por meio da exportação de produtos agrícolas e, principalmente, de grandes empréstimos obtidos junto aos banqueiros internacionais, aumentando nossa dependência em relação aos organismos financeiros internacionais, como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o **Banco Mundial**.

O sucessor de Médici foi o general Ernesto Geisel, da ala politicamente mais moderna, o que sinalizava a possibilidade de mudanças.

Governo do general Ernesto Geisel (1974-1979)

Este governo preocupou-se com a questão energética e com o crescimento da inflação. No primeiro caso, atingiu alguns resultados importantes, com o surgimento do **Proálcool** – programa que previa o uso do álcool como combustível, em substituição à gasolina. No mesmo sentido, desenvolveu-se um acordo nuclear com a Alemanha, o que originou as usinas nucleares de Angra dos Reis. Somam-se a essas medidas, a construção de grandes usinas hidrelétricas.

Com Geisel teve início a “abertura política”, que, no dizer do presidente, deveria ser “lenta, segura e gradual”. Na verdade, a abertura foi muito lenta e com constantes demonstrações de autoritarismo. Os serviços de informação e segurança continuaram atuantes, procurando e prendendo opositores ao governo, acusando-os de comunistas, como foi o caso do jornalista Wladimir Herzog, em 1975, assassinado nos porões dos órgãos oficiais da repressão.

Com o crescimento do MDB, o governo lançou a Lei Falcão, que restringia a propaganda eleitoral, visando impedir uma possível vitória da oposição nas eleições. Em 1977, o Congresso Nacional foi fechado e lançado o **Pacote de Abril**, conjunto de medidas políticas, incluindo o aumento do mandato presidencial e a criação dos “senadores biônicos”, que eram escolhidos pelo próprio Governo Federal.

Finalmente, em 1978, Geisel revogou os Atos Institucionais, entre eles o tristemente famoso AI-5.

A sucessão levou à presidência o ex-chefe do SNI, o general João Baptista de Oliveira Figueiredo.

Governo do general Figueiredo (1979-1985)



João Figueiredo

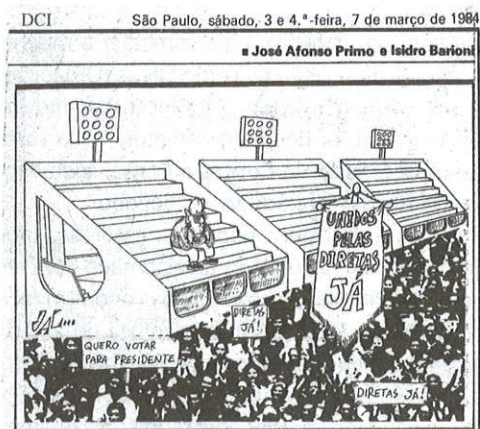
Wikimedia

Foi o último presidente militar. Levou adiante a abertura política, mesmo tendo que enfrentar a terrível oposição da ala mais conservadora do exército, o grupo conhecido como “linha dura”.

Durante seu governo as manifestações populares cresceram. Os operários, especialmente os metalúrgicos de São Bernardo do Campo em São Paulo, liderados por **Luiz Inácio “Lula” da Silva**, recomeçaram as greves por melhores salários, assim como os próprios funcionários públicos.

A campanha da sociedade pela redemocratização do país obteve seus primeiros resultados, a **anistia** (perdão) a todos os condenados à punição pelo governo militar, o que permitiu que muitos exilados pudessem voltar para o Brasil, como Leonel Brizola e Miguel Arraes, e também o fim do **bipartidarismo**, permitindo a criação de novos partidos políticos, do que aproveitou-se o governo para dividir a oposição. Surgiram então PMDB, PDS, PT, PDT e PTB.

Em 1984, os brasileiros viveram intensamente a campanha das **Diretas Já**, que buscava facilitar a aprovação da emenda Dante de Oliveira, a qual previa a realização de eleições diretas para presidente e vice, na sucessão de Figueiredo.



**Unidos pelas Diretas Já – autor:
José Alberto Louvetto (Jal)**

Apesar dos megacomícios e do desejo popular, a emenda não foi aprovada. A sucessão presidencial foi novamente indireta, com dois candidatos. De um lado, **Paulo Salim Maluf**, do PDS (ex-ARENA), um dos empresários mais beneficiados com a ditadura; do outro, pela oposição (reunida na Frente Liberal), apresentava-se **Tancredo Neves**, que tinha como candidato a vice o ex-presidente do PDS, José Sarney.

A vitória foi da oposição, mas Tancredo Neves não

assumiu o poder. Logo após ter sido eleito, adoeceu e veio a falecer. Quem assumiu a presidência foi **José Sarney**, a fim de realizar o que a imprensa chamou de “transição democrática”.

Nova República (desde 1985)

Presidente José Sarney (1985-1989)



José Sarney

Quando Sarney assumiu o poder, havia, entre grande parte da população, a expectativa de que muitos problemas sociais seriam resolvidos, mas também se acreditava que a inflação, que crescia aceleradamente, seria logo contida.

Infelizmente, ao final de seu mandato, o presidente não tinha números positivos a apresentar, os problemas sociais pioraram e a economia entrou na sua fase mais crítica, gerando uma hiperinflação que, em 1989, passava dos 1 000% ao ano, prejudicando imensamente as parcelas mais pobres da população, assim como a já abatida classe média.

Somente os grandes industriais, latifundiários (que frequentemente obtinham do governo o perdão para suas dívidas e novos financiamentos), e especialmente banqueiros, encontravam meios de lucrar com as altas taxas de inflação.

Durante seu governo, em 5 de outubro de 1988, foi promulgada a nova Constituição Brasileira. Embora seja a mais democrática das Constituições da nossa história, prevaleceu em muitos artigos a vontade de grupos conservadores. Mesmo com a nova Carta Magna, Sarney conseguiu que seu mandato tivesse a duração de 5 anos, enquanto a Constituição previa para seus sucessores mandatos de 4 anos.

Os ministérios de área econômica foram os que mais chamaram a atenção de todos a partir do governo Sarney, com os seus respectivos ministros sempre anunciando planos mirabolantes para acabar com a inflação. Primeiro foi o **Plano Cruzado** e seu congelamento de preços e salários, com a implantação de uma nova moeda, o **Cruzado**.

A seguir, foi o **Plano Bresser** que repetiu os congelamentos, mas com maior prejuízo para os assalariados, que tiveram seus ganhos congelados sem a necessária reposição, bem como a tentativa de cortar despesas do governo.

Depois, veio o **Plano Verão** ou **Cruzado Novo**, que mudou novamente a moeda; reeditou os congelamentos de preços e salários, mais uma vez em prejuízo dos assalariados. Novamente anunciou cortes nos gastos públicos e sugeriu a privatização de empresas estatais. Em meio aos fracassos sucessivos de cada plano, os economistas do governo viraram alvo de piadas e chacotas pela população.

Em 1989, chegou finalmente a campanha sucessória para a primeira eleição direta para presidente desde 1961. Destacaram-se os candidatos: Luiz Inácio "Lula" da Silva (PT), operário, líder do partido dos trabalhadores; e Fernando Collor de Melo (PRN), ex-governador de Alagoas, que a grande imprensa nacional havia projetado como "caçador de marajás", título que teria merecido por combater a corrupção naquele estado.

As elites encontraram em Collor o seu candidato ideal, que foi apresentado como um "produto de excelente qualidade" pelos marqueteiros políticos e por grandes redes de TV, rádio e editores das principais revistas e jornais do país. Afirmando-se o "defensor dos descamisados" e com uma grande máquina publicitária a ser favor, Collor não teve grandes dificuldades para vencer as eleições.

Presidente Fernando Collor (1990-1992)



Fernando Collor de Melo

Ao assumir a presidência, com Zélia Cardoso de Mello à frente do Ministério da Economia, Collor anunciou um plano econômico brutal, bloqueou contas e aplicações financeiras nos bancos, confiscando cerca de 80% do dinheiro circulante no país. Decretou um novo congelamento de preços e reduziu as tarifas alfandegárias para aumentar as importações, a fim de

"matar o tigre da inflação com um único tiro", como ele mesmo caracterizou.

O plano levou o país a uma grave recessão e à insatisfação popular. Em 1992, surgiram graves denúncias de corrupção, feitas pelo irmão do presidente, Pedro Collor sobre o **Esquema PC**, envolvendo o próprio presidente e seu ex-tesoureiro de campanha, Paulo César Farias. Tal fato levou à instauração de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar as denúncias. O povo manifestava-se nas ruas, pedindo o afastamento de Collor, com destaque para os estudantes, os "caras pintadas".

E Fernando Collor tornou-se o primeiro presidente brasileiro a ser afastado do poder através de um processo de **impeachment** (impugnação/contestação). Em seu lugar, assumiu seu vice-presidente, o mineiro **Itamar Augusto C. Franco**.

Presidente Itamar Franco (1992-1994)

Contando com a tolerância por parte dos políticos e da população, Itamar procurou desenvolver um governo de entendimento e conciliação, dando continuidade ao processo de privatizações e corte dos gastos públicos com o objetivo de enxugar a máquina administrativa do país.

Durante seu governo, para combater a miséria alguns setores da sociedade, como ONGs (Organizações Não Governamentais), tentaram incentivar movimentos sociais em prol dos mais carentes, foi o caso da **Campanha Cidadania Contra a Fome**, liderada pelo sociólogo **Herbert de Souza**, o "Betinho".

Apesar da descrença popular a partir dos inúmeros fracassos, um novo plano foi elaborado para tentar vencer a alta inflação. O novo plano econômico foi chamado de **Plano Real**, e sob a liderança do então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, trouxe uma nova mudança na moeda, dessa vez o objetivo era manter a paridade de valor com o dólar norte-americano. Então, em julho de 1994, entrou em vigor o Real que utilizamos hoje como moeda corrente.

A essência do plano era conter a emissão de moeda, cortar gastos públicos, restringir o crédito, acelerar o processo de privatizações e facilitar a concorrência entre produtos importados e nacionais.

O desemprego aumentou gradativamente e o funcionalismo público foi bastante prejudicado, com redução de seus quadros e congelamento de seus salários. Mas mesmo assim, o principal objetivo foi finalmente atingido, a inflação foi reduzida, trazendo aos brasileiros uma renovada esperança.

Nas eleições seguintes, foi o aparente sucesso do Plano Real que facilitou a vitória de Fernando Henrique como candidato à Presidência da República, em 1994.

Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)



Fernando Henrique Cardoso (FHC)

Novamente apresentou-se com grandes chances de vitória o candidato da oposição, Luiz Inácio “Lula” da Silva. Todavia, já no primeiro turno das eleições, o pleito foi decidido em favor de **Fernando Henrique** e do Plano Real.

A continuidade da política econômica ficou a cargo do ministro Pedro Malan, o qual conduziu a economia em conformidade com as “sugestões” do **Fundo Monetário Internacional** (FMI). Como dependia de investimentos externos, o governo esforçou-se para agradar as autoridades econômicas internacionais. As privatizações seguiram em frente, com destaque para as telecomunicações, bancos estatais, ferrovias, rodovias e empresas do setor energético.

Um importante avanço do período de Fernando Henrique foi a aprovação da **Lei da Responsabilidade Fiscal** em maio de 2000, que consistia em um novo código de conduta para administradores públicos.

Usando de concessões orçamentárias e distribuição de cargos públicos, FHC, como ficou conhecido o presidente, conseguiu que o Congresso aprovasse a emenda constitucional que permitia a reeleição do chefe do poder executivo nos três níveis: Federal, Estadual e Municipal.

Convencendo os eleitores de que o primeiro mandato havia sido dedicado à manutenção da estabilidade econômica e que o segundo seria voltado ao combate ao desemprego e à retomada do crescimento econô-

mico, Fernando Henrique conseguiu vencer o pleito seguinte e reeleger-se. Porém, seu segundo mandato transcorreu sem maiores novidades. O desemprego aumentou e a economia começou em recessão.

O descontentamento e a oposição ao governo de FHC cresceu. A violência aumentou em todo o país, não apenas nos centros urbanos, mas também nas áreas rurais. E a questão agrária voltou à tona, os agricultores sem terra organizaram-se num forte e bem estruturado movimento, o **MST** – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. A estratégia do movimento foi sintetizada na frase: “invadir, ocupar e resistir”.

A inoperância do governo diante da recessão tornou-se visível e foi fator fundamental nas eleições de 2002. O candidato governista era o ex-ministro da Saúde, José Serra, um dos nomes mais fortes no PSDB. Pela quarta vez, o mais forte candidato da oposição foi Luiz Inácio “Lula” da Silva, que com um discurso bem mais moderado fez uma aliança política com o PL (Partido Liberal), que apresentou o candidato à vice, o senador e empresário José Alencar.

Certamente a maior proximidade entre o PT de Lula e o PL de Alencar foi possível graças ao interesse comum numa política econômica voltada para o desenvolvimento de empresas nacionais e a busca de maior autonomia econômica em relação aos banqueiros internacionais.

Lula obteve importantes apoios de ex-candidatos concorrentes do primeiro turno, como Ciro Gomes (PPS) e Antony Garotinho (PDT), e teve finalmente sua vitória em segundo turno, vencendo José Serra.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010)



Luiz Inácio “Lula” da Silva

Como representante das classes mais populares, Lula subiu ao poder carregando consigo as esperanças da grande massa da população brasileira nas questões sociais, saúde, educação, trabalho e reforma agrária. Para atender a algumas das expectativas, Lula lançou o programa **Fome Zero** de combate à miséria. Porém, o início de seu governo foi marcado pela continuidade da política econômica de FHC. Para fazer cair a inflação e o “risco país” (índice criado para medir a confiabilidade dos investidores estrangeiros), acabou contrariando algumas de suas promessas de campanha.

Antes do final de seu primeiro mandato, Lula enfrentou uma série de denúncias de corrupção nos altos escalões de seu governo. O escândalo do chamado “mensalão” referia-se a um esquema de corrupção chefiado por Marcos Valério, dono da empresa de propaganda que fizera a campanha do PT, o que levou à saída de ministros, cassações de políticos e à demissão do tesoureiro do partido do governo, o PT.

As pesquisas de opinião pública realizadas à época apontavam que grande parte da população não ligava o presidente diretamente ao esquema de corrupção, o que acabou levando Lula à vitória em sua tentativa de reeleição em 2006, contra seu adversário da oposição Geraldo Alckmin.

Continuando a manter a confiança do povo, Lula iniciou seu segundo mandato enfrentando novas denúncias de corrupção, como as denúncias de gastos abusivos de membros do governo com os chamados “cartões corporativos”, o que levou a saída da ministra da Igualdade Racial. Por outro lado, no cenário mundial durante o governo Lula, o Brasil saiu pela primeira vez da condição de devedor para credor, conseguindo dispor em reservas mais do que o valor de sua dívida externa.

Em seu governo, Lula deu uma atenção maior que governos anteriores aos assentamentos de famílias, dando continuidade ao processo de reforma agrária. Também incentivo à indústria e comércio, levando a uma sensível queda nos níveis de desemprego, apesar de um não reconhecimento de sua política monetária.

Apesar de menosprezado pelos intelectuais, por se tratar de um metalúrgico, com um baixo nível de educação formal, Lula tem se mostrado a altura das questões de Estado e do poder político, bem como em relação à liderança política que vem exercendo entre os países da América Latina. Ainda em relação às questões internacionais, tem se dedicado a buscar uma participação mais permanente do Brasil junto às Organizações das Nações Unidas (ONU).

Testes

13. (UECE) a política econômica do governo Dutra teve como característica:

- a) Dirigismo econômico, com forte intervenção do estado na economia.
- b) Adoção de política protecionista, que estimulou a criação da indústria de base no Brasil.
- c) Liberalismo econômico e facilidade alfandegária às mercadorias estrangeiras.
- d) Nacionalismo econômico e restrição ao capital estrangeiro.
- e) n.d.a.

14. (UFG-GO) “Sigo o destino que me foi imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo (...) Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias e a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei minha vida. Agora ofereço a minha morte.”

O texto anterior é parte de um famoso documento histórico brasileiro. Seu autor, um ex-presidente da república, foi:

- a) Eurico Gaspar Dutra.
- b) Humberto de Alencar Castelo Branco.
- c) Juscelino Kubitschek de Oliveira.
- d) Getúlio Dorneles Vargas.
- e) Francisco de Paula Rodrigues Alves.

15. (PUC-MG) O governo de Jânio Quadros foi marcado pela:

- a) adoção de uma política externa independente;
- b) ausência de oposição partidária;
- c) consolidação das reformas de base;
- d) elaboração do Plano de Metas;
- e) nacionalização das indústrias.

16. (UFSM-RS) Ao longo dos governos de Jânio Quadros e João Goulart, o Brasil buscou reorientar sua inserção internacional, pondo em prática a chamada política externa independente. É correto afirmar que o objetivo norteador dessa política era:

- a) promover o estreitamento das relações econômicas e culturais com os países da África setentrional e do nordeste asiático;

- b)** estabelecer um espaço de liderança terceiro-mundista nas rodadas de negociação da Organização Mundial do Comércio;
- c)** acelerar o processo de negociações com a República Democrática Alemã para o desenvolvimento de um programa nuclear nacional;
- d)** romper a lógica de alinhamento incondicional aos EUA no contexto da Guerra Fria;
- e)** colocar o país na liderança militar de um sistema de defesa no Atlântico Sul, articulando a OTAN.

17. (UEL-PR) O processo de redemocratização, instaurado no Brasil, em 1946, foi ameaçado durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, em razão da sua posição política, uma vez que o presidente:

- a)** se alinhou à União Soviética, o que provocou pressões políticas e econômicas dos Estados Unidos;
- b)** cassou os mandatos dos representantes do Partido Trabalhista Brasileiro, por ser um partido de oposição ao seu governo;
- c)** Perseguiu os integralistas e tornou ilegal a Ação Integralista Brasileira, por ser um partido de oposição ao seu governo;
- d)** desenvolveu uma política econômica planejada, que provocou insatisfação das multinacionais instaladas no país;
- e)** colocou o Partido Comunista do Brasil na ilegalidade, rompendo inclusive relações diplomáticas com a URSS.

18. (Unifenas) Aponte a alternativa que apresenta os fatores que colaboraram para a eclosão da Revolução de 1964.

- a)** As relações do presidente Goulart com o sistema sindical e com grupos políticos nacionalistas, encarados pelos setores conservadores como manifestações claras de um programa subversivo e de esquerda socializante.
- b)** A indisciplina das forças armadas e das classes médias que culminou com o fechamento do Congresso.
- c)** O ressentimento do proletariado urbano em relação à política de congelamento salarial que vinha sendo desenvolvida.
- d)** A recusa de Goulart e seu ministério em executar os planos de uma reforma de base.
- e)** A aliança Lacerda-Goulart ao programa de reintegração do Brasil no sistema capitalista mundial, formulado com fundamentos na hegemonia dos Estados Unidos.

19. (Mackenzie-SP) Segundo o historiador José Honório Rodrigues, seu estilo foi autoritário, duro, personalista, alemão demais para um povo tão pouco germânico. Contudo, o governo Ernesto Geisel foi responsável:

- a)** pelo recrudescimento da repressão e apogeu do modelo econômico implantado após 1964;
- b)** pelo início da abertura política, extinção do AI-5 e enfrentamento da linha dura;
- c)** pelo milagre econômico, marcado por intenso consumismo das classes médias urbanas;
- d)** por medidas que impediram casuísmos que prejudicassem o crescimento da oposição;
- e)** por concessões políticas à "linha dura" que terminaram por indicar o sucessor do presidente, o general Silvío Frota.

20. (Mackenzie-SP) No dia 13 de dezembro de 1968, com as forças armadas e a polícia de prontidão, o governo fechou o Congresso e editou um novo Ato Institucional, o de n.º 5. Dentre as consequências desse fato para a vida política do país, apontamos:

- a)** Amplos poderes ao executivo; suspensão do *habeas corpus*, repressão à oposição e novas cassações.
- b)** Restabelecimento de eleições diretas em todo o país e retorno dos partidos políticos extintos em 1964.
- c)** Vitória do grupo da Sorbone, apoiado pelo presidente Castelo Branco, que conseguiu mudar os rumos do movimento militar, retornando à democracia.
- d)** Fortalecimento da classe política que manteve a imunidade parlamentar do deputado Márcio Moreira Alves, pivô do incidente que provocou o AI-5.
- e)** Apoio do movimento estudantil e setores de esquerda, que abandonaram a luta armada diante das reformas propostas pelo AI-5.

21. (UESPI) A respeito das relações entre política e economia durante o regime militar (1964-1985), podemos afirmar corretamente que:

- a)** os índices de crescimento econômico foram os mais baixos registrados até hoje, apesar das limitadas liberdades democráticas.
- b)** o desenvolvimento econômico acompanhou o ritmo da abertura política que se iniciou em 1968, com a edição do AI-5.
- c)** a ampliação das redes de transportes e comunicações foi uma exigência dos partidos de oposição que tinham representação no Congresso.

d) Apesar da repressão política e do controle sobre o Congresso, houve um grande crescimento tecnológico e industrial.

e) A tortura e a repressão, limitando a criação de partidos políticos, acompanharam os baixos índices de atividade industrial e do desenvolvimento tecnológico.

22. (FGV) O movimento “Diretas Já”, que promoveu, em 1984, uma intensa mobilização popular a favor da eleição direta para presidente da República, teve como resultado imediato:

a) a eleição de um governo popular democrático, chefiado por José Sarney.

b) a eleição de um candidato de oposição, Tancredo Neves, pela via indireta.

c) a primeira eleição direta do presidente da República, a primeira em quase trinta anos, com a vitória de Fernando Collor de Melo.

d) a anticandidatura de Ulysses Guimarães e a convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

e) a revogação dos Atos Institucionais, apesar da derrota da emenda das diretas.

23. (UTFPR) O último presidente do Brasil eleito pelo voto do Colégio Eleitoral foi:

a) José Sarney.

b) João Baptista de Oliveira Figueiredo.

c) Castelo Branco.

d) Tancredo Neves.

e) Jânio Quadros.

24. (Univale-SC) Após quase três décadas de ditadura militar, o povo brasileiro voltou às urnas para escolher seu presidente, Fernando Collor de Melo, então eleito, governou o país de 1989 a 1992. Foram fatores que contribuíram para sua vitória no segundo turno das eleições presenciais, exceto:

a) O apoio do empresariado e a maciça arrecadação de fundos para a campanha.

b) A utilização de marketing político, que construiu sua imagem como “caçador de marajás”.

c) Sua moralidade no trato dos negócios públicos durante sua gestão como governador de Alagoas.

d) A proliferação de “siglas partidárias de aluguel”, contribuindo para que a eleição se tornasse personalista.

e) O apelo para uma campanha demagógica como a garantia de seu compromisso com os “descamisados”.

25. (Mackenzie-SP) O ano de 1992 ficou marcado como o ano do *impeachment*, fato inédito no país e no próprio contexto internacional. Dentre os fatos que contribuíram para esse desfecho não se inclui:


a) As sucessivas denúncias de corrupção, agravadas pela entrevista de Pedro Collor à revista *Veja*.

b) A fracassada defesa do presidente Collor, apresentada por Cláudio Vieira, configurada na farsante operação Uruguai.


c) A imagem da modernidade e de cultura elaborada pela mídia, que não resistiu aos desacertos de dois anos de governador Collor.

d) A abertura econômica e a integração latino-americana, fatos que geraram forte antagonismo com os EUA.

e) As irregularidades no processo de privatizações, as fraudes nas licitações e os desvios de verbas.

 **Respostas**

Exercício 01: Passou pela necessidade de formação do “bom cidadão”, identificado com sua nação e voltado ao amor à pátria, ciente de seus deveres e direitos, “adequadamente” informado sobre a história de seu país.

 **Gabarito**

01) B 02) D 03) D 04) * 05) * 06) B
07) A 08) B 09) C 10) D 11) C 12) E
13) C 14) D 15) A 16) D 17) E 18) A
19) B 20) A 21) D 22) B 23) D 24) C
25) D

*04. 12 (04 e 08)

*05. 03 (01 e 02)



